

## A Balança de Poder na Guerra Civil do Iêmen: a interação entre Arábia Saudita e Irã (2015 a 2020)

Mibsan Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

O principal objetivo desta pesquisa é analisar como se manifesta o balanceamento de poder entre o Irã e a Arábia Saudita na Guerra Civil do Iêmen de 2015 a 2020. A teoria realista e o conceito de balança de poder foram fatores indispensáveis para promover uma reflexão crítica acerca do tema, consolidando os fatores estratégicos que refletem a manutenção ou aquisição de poder. Dessa forma, o trabalho se apresenta de forma qualitativa, como um estudo de caso que se desenvolve através de uma análise de conteúdo de fontes primárias e secundárias com uma narrativa analítica. Foram utilizados telegramas da Embaixada da Arábia Saudita à Casa Branca, relatórios oficiais das operações da Coalizão Saudita produzidos pela Embaixada Saudita e o Balanço de gastos da Arábia Saudita em defesa. Parte-se do pressuposto de que a balança de poder no cenário internacional é instrumentalizada de forma sistêmica e muitas vezes se caracteriza como uma estratégia vital em meio a uma região onde há um alto nível de competitividade entre dois ou mais países. O caráter sectário da guerra do Iêmen e sua internacionalização permitiram a intervenção da Coalizão Saudita e suas respectivas operações na frente de batalha contra os Houthis e o Irã, tendo o estreito de Bab El-Mandeb como um fator potencializador da aquisição de poder que visa manter a segurança dos Estados intra e extrarregionais. Os resultados apontam para (1) uma identificação política e ideológica dos Houthis com o Irã, (2) o interesse do Irã em afastar a interferência ocidental da sua zona de influência e sua intenção de maximizar o poder através do controle de Bab El-Mandeb e (3) uma mobilização militar feroz da Arábia Saudita com o apoio dos EUA na tentativa de frear as políticas revolucionárias e expansionistas do Irã.

**Palavras-chave:** Guerra Civil do Iêmen, Irã, Balança de Poder, Houthis, Coalizão Saudita.

### ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze how the balance of power between Iran and Saudi Arabia manifests itself in the Civil War of Yemen from 2015 to 2020. The realistic theory and the concept of balance of power were indispensable factors to promote a critical reflection on the theme, consolidating the strategic factors that reflect the maintenance or acquisition of power. Thus, the work is presented in a qualitative way, as a case study that develops through a content analysis of primary and secondary sources with an analytical narrative. Telegrams from the Embassy of Saudi Arabia to the White House were used, official reports of Saudi Coalition operations produced by the Saudi Embassy and the Saudi Arabia defense balance. It starts from the assumption that the balance of power in the international scenario is instrumentalized in a systemic way and is often characterized as a vital strategy in the midst of a region where there is a high level of competitiveness between two or more countries. The sectarian character of the Yemen war and its internationalization allowed the intervention of the Saudi Coalition and their respective operations on the front lines against the Houthis and Iran, with the Bab El-Mandeb strait as a potentializing factor in the acquisition of power that aims to maintain the security of intra and extra-regional states. The results point to (1) a political and ideological identification of the Houthis with Iran, (2) Iran's interest in removing Western interference from its zone of influence and its intention to maximize power through the control of Bab El-Mandeb and (3) a fierce military mobilization by Saudi Arabia with US support in an attempt to curb Iran's revolutionary and expansionist policies.

**Keywords:** Yemen Civil War, Iran, Balance of Power, Houthis, Saudi Coalition.

---

<sup>1</sup> Internacionalista pela FADIC (Faculdade Damas da Instrução Cristã), Pesquisadora e Voluntária do #TMJUnicef. E-mail: mibsansantos@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

O Sistema Internacional é conhecido pela sua dinâmica comum de aquisição e manutenção de poder. Os Estados possuem características próprias capazes de gerar fatores tanto positivos quanto negativos em meio ao jogo político, além disso, historicamente é possível observar que o poder está intimamente ligado aos interesses de cada Estado. Por exemplo, é comum que um país tenha elementos de constrangimento que o leve a ser influenciado ou enfraquecido por outro ator internacional, pois no jogo político é natural que tais elementos sejam utilizados como estratégia política para uma obtenção cada vez maior de poder. O objetivo propriamente dito de maximização de poder é algo estático e concreto, pois apesar do conceito em si ter um caráter atrelado ao dinamismo e a pontos exploratórios específicos, o poder se remete a uma estabilidade ilusória que representa uma sensação almejada de segurança que jamais será alcançada.

Os interesses moldados por cada Estado explicam grande parte de seu comportamento e posicionamento acerca de assuntos internacionais, mas, além disso, explica também a elaboração de alianças a respeito de pontos em comum. Da mesma forma, explica a escolha racional de atores políticos que representam o papel de inimigo, ou no mínimo, o papel de um obstáculo significativo que põe a prova os seus principais objetivos.

O sentimento de ameaça é um fator propulsor importante da política e dos conflitos internacionais, pois possuem a capacidade de influenciar os Estados a tomarem atitudes vigorosas e produzirem consequências desastrosas. Acerca disso, localizado ao Oeste da Ásia e conhecido atualmente como um dos países mais pobres do Oriente Médio, a República Árabe do Iêmen desde 2015 sofre o corolário devastador acerca de um conflito político e religioso, entre uma população dividida em meio a vertentes divergentes do islamismo, religião oficial do Estado. O conflito interno gerado por uma segregação política chamou a atenção de países vizinhos que caracterizaram a situação como uma ameaça aos objetivos políticos de manter o Estado Iemenita em sua zona de influência.

Após a sua unificação, o Iêmen obteve um governo exercido pelo militar Ali Abdullah Saleh, representado pelo CGP (Congresso Geral Popular). Seu mandato foi iniciado em 22 de maio de 1990 e chegou ao fim em 25 de fevereiro de 2012 como uma consequência advinda da Primavera Árabe. Entretanto, apesar da agregação, é possível observar grandes diferenças entre a região norte e sul do país, como por exemplo, uma região norte mais rural e conservadora em contraposto de uma região sul mais urbana e moderna, além de crenças caracteristicamente distintas. Com isso, é possível observar que a população do Norte do Iêmen possui como característica a vertente religiosa do xiismo, enquanto a população do Sul é em grande parte sunita. Além disso, o Iêmen é considerado um dos berços da história da humanidade e geograficamente possui uma posição estratégica, pois se encontra na rota principal de navios petroleiros. Logo, obter influência sob essa região implica em uma vantagem significativa capaz de maximizar poder e consequentemente gerar um aumento de benefícios comerciais.

No entanto, a guerra civil do Iêmen tem sido apelidada como uma guerra esquecida, pois diante das circunstâncias, a comunidade internacional ainda precisa dispor um olhar mais atento e ações mais concretas que visem a solução pacífica do conflito, garantindo a segurança e a qualidade de vida da população que hoje necessita de ajuda imediata. É certo que a situação adquire um nível muito mais sensível acerca da intenção de mediação de conflitos, considerando que há outros atores internacionais envolvidos e com eles as suas próprias preferências e interesses políticos e comerciais. Diante disso, o acesso aos cuidados básicos de saúde foi prejudicado, gerando inclusive um descontrole em relação à epidemia de cólera na região, sendo as crianças as principais vítimas devido à alta taxa de desnutrição que contribui para um maior

nível de vulnerabilidade. O desrespeito à vida humana tem sido uma realidade enfrentada dia após dia pelos iemenitas e adquirir a pacificidade parece se tornar um axioma utópico.

Diante desta situação, enquanto há a aparente impossibilidade da criação de um denominador comum para os grupos e apoiadores atuantes, é importante entender como o conceito de balança de poder atua em relação a essa região para que possa ser observada e analisada as principais motivações dos atores internacionais, bem como suas principais ameaças que servem como fatores propulsores de suas ações e conseqüentemente influenciam na construção de seus interesses. Tendo em vista que a República Árabe do Iêmen tem sofrido intervenções externas acerca de conflitos internos, o presente trabalho será norteado a partir do seguinte questionamento: “Como ocorre a manifestação da balança de poder entre o Irã e a Arábia Saudita no conflito do Iêmen?”.

Para buscar responder a questão acima, o trabalho apresenta-se em uma estrutura de estudo de caso, possui como seu objeto de estudo a situação da balança de poder na guerra do Iêmen. Ele se apresentará de forma qualitativa e será feita uma análise de conteúdo de fontes primárias e secundárias com uma narrativa analítica. Adéqua-se a uma pesquisa descritiva exatamente por haver a necessidade de interpretar e atribuir os fenômenos básicos trazidos com o objetivo de elaborar uma análise clara, coesa e objetiva a fim de chegar a uma possível resposta acerca do problema de pesquisa. Além disso, a pesquisa busca adquirir um maior grau de familiaridade com o assunto, tendo em vista que a balança de poder no Iêmen se caracteriza como um assunto pouco estudado. Entretanto, sua natureza também se enquadra como uma pesquisa exploratória, pois é preciso fazer um levantamento de informações relevantes que possibilitem a análise a respeito do equilíbrio de poderes na região.

No primeiro capítulo será feita uma contextualização das relações internacionais através da perspectiva da escola realista. A análise teórica abarcará as obras dos principais teóricos como Maquiavel, Morgenthau, Carr e Waltz, revelando os principais conceitos da escola e suas contribuições ao longo de tempo principalmente ao analisar as raízes do pensamento realista, isto é, o realismo clássico. Além disso, as variações do realismo também serão abordadas para que o leitor compreenda a ideia central do pensamento e as suas reinterpretações.

Já no segundo capítulo, almeja-se identificar historicamente fatores propulsores do jogo político no Oriente Médio para que houvesse o desencadeamento da Guerra Civil do Iêmen, analisando acontecimentos históricos como a própria Primavera Árabe, suas conseqüências e principais contribuições para o atual cenário iemenita. Além disso, serão analisados os governos detentores do poder a partir do mandato do ex Presidente Ali Abdullah Saleh e que interage perfeitamente com os conflitos étnicos desencadeados acerca das preferências do próprio chefe de Estado.

Enquanto o terceiro capítulo terá o foco em analisar a balança de poder propriamente dita no contexto iemenita, mais especificamente como ela ocorre e os papéis significativos desempenhados pela Arábia Saudita e Irã que se qualificam como dois players importantes na região do Oriente Médio e que se colocam em lados opostos. A análise será desenvolvida após o entendimento do realismo e o conceito de balança de poder presentes no primeiro capítulo e o aparato histórico e político presentes no segundo. Sendo assim, constituído por elementos de análise suficientes e precisos para a realização do objetivo principal.

## **1. BALANÇA DE PODER NA PERSPECTIVA REALISTA**

### **1.1 O realismo nas Relações Internacionais – Uma breve análise teórica**

A busca pela compreensão de diversos fatores presentes no mundo é uma característica fundamental das ciências humanas e sociais. Os seres humanos possuem uma série de

questionamentos e buscam uma explicação plausível, concreta e completa acerca de fatos e eventos. A sede pelo conhecimento e a necessidade de respostas sobre aspectos e peculiaridades do Sistema Internacional deram margem para os debates de ideias brilhantes, discutidas, argumentadas e defendidas até os dias atuais.

A importância do desenvolvimento de uma teoria sistemática e coesa jamais poderia ser subestimada, pois segundo Nunes (2002), a teoria pode ser vista como um espelho capaz de refletir a realidade e a partir da observação do mundo, é possível construir uma teoria que explica o seu funcionamento e conseqüentemente facilita os procedimentos analíticos futuros. Para Waltz (1979), teorias são coleções ou uma espécie de conjunto de leis pertencentes a um comportamento ou fenômeno particular. Logo, é preciso entender que assim como as teorias, as compreensões de mundo são diversas. A diferença é que ao enxergar o mundo através de uma lente teórica, é possível identificar algumas características provenientes da mesma no pensamento individual ou coletivo. É possível afirmar que algumas questões da vida humana possuem um nível de sensibilidade e preocupação maior do que outras, sendo a sobrevivência uma delas, fator que está imerso em um aparato imaginário de insegurança. Contudo, é necessário compreender que historicamente sobreviver sempre esteve relacionado a ameaças e conflitos que são provenientes da própria natureza humana caracterizada como complexa e egoísta. E conforme afirma Hobbes (1983), os homens são maus por natureza e possuem um poder de violência ilimitado, sendo o homem potencialmente uma ameaça para outro homem. Dito isso, o grau de complexidade da interação humana se caracteriza, de fato, como perigosa.

A partir das perspectivas reveladas anteriormente, o realismo é uma corrente que possui muitos princípios básicos e diferentes variantes que se apropriam e desenvolvem esses princípios, sendo elas realismo clássico geralmente associado a Maquiavel e Thomas Hobbes, o neorealismo ou realismo estrutural e o realismo neoclássico ou neotradicional. Um fator básico e muito comum é a característica de haver a necessidade de basear os elementos da própria experiência vivida, ou seja, no mundo como ele é e não como ele deveria ser, é um pilar que rege tal linha de pensamento, conhecido também como o embate entre a utopia e o realismo político. Não obstante, a desvinculação da teoria realista com os princípios morais e seu compromisso em retratar o mundo como ele é se caracteriza como essencial para a posterior análise da balança de poder na guerra civil do Iêmen.

No entanto, entre os principais autores realistas, Maquiavel é conhecido por ser o primeiro realista político com obtenção de notoriedade e é muito comum que esse seja um dos primeiros nomes a surgirem na memória ao refletir sobre as teorias clássicas das Relações Internacionais. A sua obra “O príncipe” foi publicada em 1532, onde é possível encontrar a clássica indagação feita por ele “É melhor ser amado que temido ou temido que amado?”, além da conhecida tensão entre *virtu* e *fortuna*<sup>2</sup>. Entretanto, as raízes do realismo clássico também foram influenciadas por outras personalidades como Tucídides, Hobbes, o cardeal Richelieu, Tito Lívio e Sun Tzu, conforme indica a figura abaixo:

---

<sup>2</sup>Virtu é a qualidade que o homem possui para realizar grandes obras, é o poder humano de efetuar mudanças e controlar eventos, considerado pré-requisito para a liderança. A fortuna é o acaso, o chamado “destino cego”, o curso da história (MAQUIAVEL, 2003, p. 14).

FIGURA 1 – OS PRINCIPAIS REPRESENTANTES DO REALISMO CLÁSSICO



Fonte: CASTRO (2012)

O realismo para ser entendido e interpretado de forma breve, pode ser sintetizado a partir de fatores cruciais, pois as obras trazem elementos comuns que são importantes para entender as reinterpretações que virão a seguir, influenciadas por movimentos ou acontecimentos temporais capazes de gerar novos debates e contribuições acerca da percepção clássica. Mas, apesar dos elementos comuns, há a presença de contribuições mais precisas e singulares. A partir disso, é importante analisar cronologicamente os pontos principais das obras mais importantes. Por exemplo, o conflito armado entre Atenas e Esparta do livro “A guerra do Peloponeso” escrito por Tucídides, relata todo o acontecimento em seus mínimos detalhes com o intuito de chocar os leitores. O livro passa a mensagem subentendida de que as pessoas estão imersas em suas próprias ilusões e conforme Tucídides (2001) afirma, a guerra seria uma espécie de professora que consequentemente faria com que as pessoas fossem obrigadas a se depararem com a realidade de fato, sem a romantização de algum tipo de utopia, pois a guerra não apresenta margem para esse tipo de pensamento. Já no livro “A arte da guerra”, Sun Tzu (2006) contribuiu para o pensamento realista ao afirmar que existe de fato um abismo entre a teoria e a prática, se referindo a própria guerra, pois havia o costume de utilizar a imaginação nas táticas de guerra, mas na prática tudo o que havia pensado geralmente se tornava impossível. Além disso, o próprio Sun Tzu afirma que a guerra tem importância crucial para o Estado, pois dela depende a conservação ou ruína do império. De acordo com Tzu (2006), quem não reflete seriamente sobre a guerra evidencia uma indiferença entre a conservação e a perda do que mais se preza.

Na obra intitulada “A história de Roma”, Tito Lívio retrata o início de Roma e a sua respectiva ordem pública, cuja interpretação no livro “Discorsi” (Maquiavel, 1994) identifica que o início de Roma foi dotado de muitas virtudes cultivadas durante séculos e que essa seria a causa da cidade ter se tornado um grande Império dotado de imenso poder. E como foi dito anteriormente, Maquiavel, pensador político italiano, é um autor essencial para entender os princípios do realismo político cuja relevância jamais deve ser subestimada. O próprio Maquiavel (2003) advoga contra o equilíbrio entre virtú e fortuna ao argumentar que a conformidade do comando do mundo por uma providência divina era equivocada. O livro deixa claro que o que ele chama de fortuna não é ideal para quem está em busca de controle e segurança, pois o acaso se constitui de um elemento vago e instável. Logo, a virtú deve ser maior do que a fortuna em termos de ação política, pois é melhor ser temido do que amado (MAQUIAVEL, 2003). Essa lógica é considerada de certa forma “maquiavélica”, o que contribuiu para que Maquiavel fosse mal interpretado ao longo do tempo. Além disso, seria impossível não citar o papel do Cardeal Duque de Richelieu com sua contribuição na geopolítica de preservação nacional da *raison d'état* (CASTRO, 2012) e como ele mesmo defende em seu livro “Testamento Político” (RICHELIEU, 2002) a importância das fronteiras do Estado.

A obra conhecida como “O leviatã” (HOBBS, 1983) veio para reforçar o pensamento realista clássico em relação a necessidade de sobrevivência. Segundo Hobbes (1983), a satisfação da necessidade humana é possível através do domínio sobre o outro, considerando que a natureza humana é egoísta e autointeressada. Toda essa dinâmica gera um fenômeno de “guerra contra todos”, assumindo o pensamento de que cada pessoa tentará de fato suprir as suas necessidades, consequentemente gerando um ambiente caótico.

No entanto, de acordo com Wohlforth (2009), Waltz tenta remodelar o pensamento realista clássico na década de 1970 onde uma teoria realista atualizada passa a ser conhecida como neorealismo. De fato, até o início da década de 1980, o neorealismo apresentado em “Theory of International Politics” (WALTZ, 1979) consegue obter protagonismo no âmbito de estudo das relações internacionais ao argumentar que os sistemas são compostos de uma estrutura e suas unidades de interação, além de abordar dois elementos importantes como a anarquia<sup>3</sup> e o princípio de autoajuda.<sup>4</sup>

É importante considerar ainda que apesar de serem mantidos alguns aspectos gerais da *realpolitik*, existem algumas divergências acerca do realismo clássico, pois há a necessidade de distinguir aspectos objetivos e subjetivos da política internacional. Logo, a principal diferença entre o realismo clássico e o neorealismo pode ser definida pela visão contrastante sobre a origem e o conteúdo das preferências dos Estados (WALTZ, 1979). Isso ocorre porque para Waltz é necessário isolar uma determinada realidade a fim de verificar suas causas e efeitos, pois uma teoria deve ser sobre alguma coisa e não sobre tudo. Dito isso, apesar das inúmeras contribuições, os estudiosos repararam que o neorealismo e Waltz não levavam em consideração alguns fatores de análise como a geografia e a tecnologia. Diante desse cenário, na década de 1990 nasceram duas subescolas chamadas realismo defensivo e ofensivo.

Os teóricos do realismo defensivo argumentam que quanto mais forte for a identidade de um grupo, mais difícil é conquistar e julgar precocemente outros grupos. E quanto mais difícil, mais seguros os Estados se encontrarão. Sendo assim, a linha de raciocínio se origina da dificuldade até a segurança de uma nação (WOHLFORTH, 2009). Entretanto, Williams (2013) pontua três principais diferenças entre o neorealismo e o realismo estrutural defensivo, sendo elas: O realismo estrutural defensivo depende unicamente da escolha racional para explicar o comportamento dos Estados, além disso, ele também acrescenta uma balança de ofensa-defesa como uma variável importante e argumentam que as tecnologias e fatores geográficos favorecem a defesa. Mas, no realismo ofensivo de “The Tragedy of Great Power Politics” (MEARSHEIMER, 2001), o argumento principal era de que apesar dos fatores que passaram despercebidos para Waltz, os Estados ainda poderiam criar um dispositivo considerado tão maquiavélico que com certeza superaria essas barreiras. Por isso ao aumento de poder de um Estado sempre deveria ser visto com desconfiança (WOHLFORTH, 2009). Para Mearsheimer (2001), o cenário internacional está repleto de incertezas e por isso o maior nível de segurança só é alcançado ao ser o Estado mais poderoso.

No mesmo cenário, o realismo de ascensão e queda marcado pelo livro “War and change in world politics” (Gilpin, 1981) explica como os Estados alcançam o papel de ser o Estado mais poderoso – hegemônico ou relativamente mais relevante em termos de poder – e depois caem dessa posição, pois a mesma é o objeto de desejo de outros atores estatais e por isso Gilpin defende que as guerras ainda acontecem pela busca de riqueza e de poder em meio a um ambiente anárquico. Outra subescola importante do realismo é o realismo neoclássico do qual tenta corrigir o equilíbrio entre teoria e análise, aproveitando os fundamentos do realismo clássico com a rígida teorização do neorealismo (ELMAN, 2008). No entanto, ao identificar o poder como um dos principais pilares da escola realista, faz-se necessário um aprofundamento maior de seu conceito.

---

<sup>3</sup>Se caracteriza como um estado de desordem e caos.

<sup>4</sup>Os Estados só podem contar com a sua própria capacidade.

### 1.1.1 O Significado e a Relevância do Poder para o Realismo

Uma das premissas fundamentais do realismo é de que as relações humanas são centradas no poder, tendo a lógica da dominação como o seu combustível (CASTRO, 2012). A racionalidade da teoria realista não é dotada de aspectos complexos, mas simplesmente de uma linha de raciocínio que advoga acerca da importância de enxergar o mundo como ele é, assumindo a capacidade de explicar fatores complexos que são compreendidos e justificados por razões como a busca de poder.

É certo de que é no mínimo incoerente tentar definir a política apenas em quesitos de poder, pois de fato, é importante que o poder seja visto como um elemento fundamental das relações políticas, porém não é o único elemento que interage nos meios políticos. Entretanto, apesar desse fator, a perspectiva de poder trazida pelos realistas possui um caráter peculiar essencial para análise das Relações Internacionais, ocupando um papel de destaque através dos teóricos.

De acordo com Morgenthau (2003), o poder político é um instrumento para alcançar os anseios de uma nação, seja no setor econômico, religioso ou até mesmo filosófico, entre outros setores participantes de um governo. A partir dessa perspectiva, a luta pelo poder se caracteriza pela tentativa de obter algo no cenário internacional. Outra observação importante feita pelo autor é a de que o grau de comprometimento é variável, passando por uma espécie de engajamento mínimo e podendo chegar ao nível competitivo da Rússia e Estados Unidos. Ou seja, há uma dinâmica e uma volatilidade que transforma os países em atores ativos ou passivos.

[...]A declaração de que um sujeito A tem ou quer ter poder político sobre o sujeito B significa sempre que A é capaz, ou quer ser capaz, de controlar determinadas ações de B, mediante uma influência sobre a mente de B. Sejam quais forem os objetivos materiais de uma política externa, tais como a aquisição de fontes de matérias-primas, o controle das rotas marítimas ou mudanças territoriais, eles sempre acarretam o controle das ações de outros mediante a influência sobre suas mentes (MORGENTHAU, 2003, p.57).

Para Maquiavel (2003), o poder é um elemento vital para a sobrevivência de um Estado e a segurança é vista como um desafio que se torna necessária a criação de alianças. Entretanto, é significativo atentar para o fato de que ao observá-las, é possível encontrar um ator estatal hegemon, enquanto outros países participantes da aliança permanecem naquela zona de influência simplesmente pela incapacidade de sobreviverem sozinhos. Ainda nesse sentido, Paul (2004) afirma que as grandes potências podem afetar os saldos regionais exatamente por terem capacidades superiores e pela dependência dos atores locais de aliados mais fortes.

O poder que é disputado e atua como instrumento para a realização dos desejos almejados pelo Estado pode ser percebido de diversas formas e é representado até da maneira mais singular. Por exemplo, de acordo com Carr (2011), o poder militar é expresso pelas grandes potências em seus próprios discursos que exaltam a eficiência da marinha, do exército e da força aérea. O objetivo seria justamente manter um status quo que visa impressionar os outros Estados demonstrando toda a sua capacidade através de um mero discurso de caráter exibicionista. Para Hobbes (1983), isso se relaciona com os dilemas de segurança, a partir do pensamento de que um determinado desenvolvimento interno de segurança gera uma reação aos países vizinhos. Logo, até mesmo os discursos proferidos possuem um intuito de assegurar o poder, sendo uma prova de que a insegurança está presente nos movimentos políticos como um fator que alimenta estratégias com o objetivo de reduzir os riscos de conflito. Embora, Carr (2011) também advogue que todo o ato do Estado está voltado para a guerra, ele mesmo afirma que a guerra não é considerada uma arma desejável e sim como uma arma necessária em último recurso.

A força econômica também faz parte do poder político por razões claras, um Estado que possui mais recursos e conseqüentemente o utiliza ao seu favor, terá um número maior de instrumentos e possibilidades de adquirir mais poder ou exercer o poder que o compete. A partir dessa perspectiva, as forças armadas deverão ser bem equipadas com armas sofisticadas que contenham uma alta capacidade de destruição com o objetivo da preservação da soberania (CASTRO, 2012) e a força econômica logo se transforma em um instrumento maximizador de poder que põe a prova e desafiam as capacidades comerciais e a geopolítica do Estado, capazes de somar ou constringer, sendo a economia um elemento vital no aparato de sobrevivência e a manutenção de poder de um Estado. Um exemplo presente no próprio século XXI seria a assustadora ascensão da China nos mercados internacionais, além da corrida tecnológica disputada com os EUA. A sensação de insegurança no cenário internacional é nítida, até mesmo pelas grandes potências.

Nesse aspecto, toda a dinâmica de aquisição e manutenção de poder coloca os Estados em uma posição de competidores em detrimento de uma zona de influência na esfera micro ou macro, onde inúmeras estratégias podem ser adotadas como a aliança e o alinhamento com Estados mais fortes ou o contrabalanceamento a partir de coalizões criadas com o objetivo de gerar uma mudança no status quo. Assim sendo, faz-se necessário abordar os aspectos teóricos que caracterizam o sistema de balança de poder, bem como os tipos de balanceamento e comportamentos adotados pelos atores de forma frequente e precisa.

## **1.2 O Conceito de Balança ou Equilíbrio de Poder**

A questão da balança de poder é um conceito antigo caracterizado por ser fundamental diante dos debates e estudos das relações internacionais através dos anos, principalmente no aparecimento ou emergência de atores não estatais em sua forma mais aguda. Apesar desses fatores, sua “era de ouro” foi considerada entre os séculos XVIII e XIX, além de ter sido aplicado também nas civilizações antigas da China e da Grécia. Entretanto, de acordo com Morgenthau (2003) é difícil haver um equilíbrio perfeito de poder, então essa seria de fato uma tentativa de aproximação do equilíbrio ideal. No cenário internacional, a balança de poder por ser instrumentalizada de forma sistêmica, é um mecanismo capaz de trazer a noção de estabilidade para os Estados, tal estabilidade que costuma ser tão almejada até mesmo entre os indivíduos. Mas não apenas isso, o objetivo principal seria reduzir ou igualar a capacidade de um Estado poderoso ou ator que naquele momento se apresente como uma ameaça ao status quo de outro. A partir disso, pode ser observado um aumento da força militar ou até mesmo a formação de alianças (FORTMANN; WIRTZ; PAUL, 2004).

A balança de poder por ser estrategicamente coerente e possível de ser compreendida mesmo em um certo nível de complexidade, ela consegue revelar os objetivos primordiais de um Estado. Para Morgenthau (2003), a principal sinalização que ajuda o realismo político a se situar em meio à política internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder, pois esse é um elo importante capaz de ajudar na compreensão. Com isso, a balança de poder se relaciona diretamente com a perspectiva realista, pois mesmo imersa a muitos fatores, é possível observar a pouca relevância acerca de valores morais na busca da obtenção. Por exemplo, fatores como os direitos humanos que refletem as necessidades básicas da vida humana e advogam pela importância de seu cumprimento, certamente não são considerados, principalmente porque quando a segurança do Estado não pode ser assegurada pelo Sistema Internacional, as ações do mesmo não podem ser entendidas como perfeitamente dotadas de conhecimento ou sabedoria (WALTZ, 1979).

O conceito é entendido de diversas formas por diferentes teóricos, mas possui aspectos comuns, mesmo que alguns advoguem que por conta das diferenças seria perceptível a existência



de mais de um tipo de equilíbrio de poder. Um conceito universal deve se fazer presente no intelecto após a análise de algumas definições. Por exemplo, de acordo com Morgenthau (2003), a necessidade do equilíbrio de poder vem das aspirações de poder de cada nação, onde cada uma tenta manter ou alterar o status quo<sup>5</sup> e isso as leva a adotar a configuração abordada para poder trazer o equilíbrio entre elas, partindo do princípio realista de que as nações não vivem em um mundo harmônico e sim anárquico. Para Layne (2004), a anarquia não está relacionada com uma desordem desenfreada ou um caos desesperador, mas simplesmente ao fato de que não há uma autoridade central capaz de aplicar regras de comportamento nos Estados do Sistema Internacional. Portanto, o pressuposto principal para que os Estados atinjam os seus objetivos e conquiste seus interesses é a própria sobrevivência. Waltz (1979) advoga que uma teoria da balança de poder pode ser mal interpretada quando são feitas suposições sobre os Estados, vistos como atores que no mínimo buscam a sua preservação e no máximo, buscam a dominação mundial.<sup>6</sup>

Paul (2004) afirma que a teoria do equilíbrio de poder se baseia na noção de que os Estados buscam sobreviver como entidades independentes, reafirmando também a importância da aquisição de poder, assim como os outros autores relatam. Sabendo que sem poder os Estados se tornam vulneráveis as vontades alheias e por isso a segurança e o poder não pode haver uma relação separada, pois estão intimamente relacionados. Acerca disso, a concepção de equilíbrio pode significar estabilidade dentro de um espaço preenchido por forças autônomas e quando tal equilíbrio é perturbado por uma força externa ou por uma mudança entre os próprios componentes do sistema, há a tendência de reestabelecer o equilíbrio original ou criar um novo equilíbrio (MORGENTHAU, 2003). Enquanto para Levy (2004), existe uma problemática no conceito de um sistema de equilíbrio de poder quando os teóricos o associam a partir de uma discussão dos “objetivos” do sistema, como por exemplo, manter a paz. Isso porque há a confusão entre a estrutura de um sistema e a estrutura de uma unidade, sendo assim acaba por confundir as preferências de alguns Estados – dois ou mais atores – com resultados internacionais. Por isso, é importante afirmar que as unidades possuem objetivos – particulares e autointeressados – mas os sistemas não.

Pela sua relevância, o equilíbrio de poder muitas vezes é caracterizado como uma estratégia vital em meio a uma região onde há um alto nível de competitividade entre dois ou mais países. E é certo de que há fatores imersos na referida interatividade, capazes de ameaçar a permanência ou a escalada de poder. Logo, há o interesse de fazer uma prevenção estratégica para que os Estados possam competir entre si sem que haja um que se sobressaia e conseqüentemente seja bem-sucedido na conquista da hegemonia, deixando os outros Estados em desvantagens significativas. Acerca disso, é importante entender como ocorre o equilíbrio de poder de acordo com a perspectiva de autores como Morgenthau e T.V. Paul.

### **1.2.1 Métodos diferentes do Equilíbrio de Poder**

Os Estados mais fracos atentam pela possibilidade de perderem sua segurança e até mesmo deixar de existir. Por serem pequenos e inferiores em termos de poder geralmente não conseguem obter segurança sozinhos. Entretanto, a própria teoria de balança de poder é estritamente interligada aos princípios de Vestfália<sup>7</sup>, onde os Estados soberanos possuem o

---

<sup>5</sup>Se refere ao estado atual de um Estado.

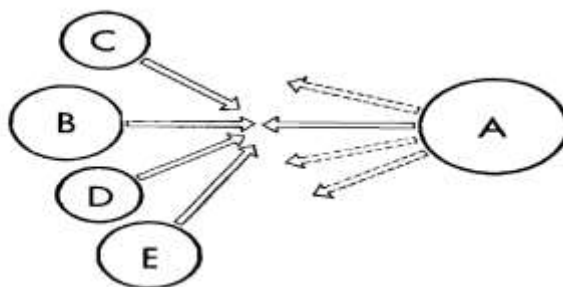
<sup>6</sup>É importante ressaltar a existência de outros atores que abarcam a mesma temática.

<sup>7</sup>Mais do que os efeitos práticos de suas disposições e de seus tratados, a Paz de Vestfália consagrou “o reconhecimento oficial da idéia de uma sociedade internacional integrada por Estados iguais e soberanos.” A Paz de Vestfália e seus Tratados significaram “a primeira tentativa para estabelecer uma ordem internacional no mundo moderno [...] o Estado se torna o centro da articulação política da sociedade internacional, ou seja, ele se apresenta como um poder soberano que não se submete a nenhum outro poder superior e que, sobretudo, luta pela unidade de poder (COLOMBO, 2017).

direito legítimo de existir independente do seu tamanho ou poder (PAUL, 2004). Portanto, a ideia de não destruir a multiplicidade de elementos que compõem o Sistema Internacional, pois além de terem o direito de se fazerem presentes, são vistos como necessários. Como por exemplo, para Waltz (1979) os Estados secundários fluem para o lado mais fraco, pois lá eles são mais apreciados e seguros contanto que a coalizão tenha força defensiva ou dissuasiva suficiente para dissuadir o adversário de atacar, considerando que normalmente é o lado mais forte que os ameaça. Por isso, um grupo de Estados compreende um sistema quando o comportamento de cada um é um fator necessário nos cálculos de outros (KAUFMAN; LITTLE; WOHLFORTH, 2007).

A política de alianças apresentada por Morgenthau (2003) como um dos métodos de equilíbrio de poder retrata uma competição entre a nação A e B. Acredita-se na existência de três possibilidades de escolhas capazes de nortear suas ações estratégicas, sendo elas: Aumentar o seu próprio poder, subtrair do adversário o poder de outras nações ou acrescentar ao seu próprio poder, o poder de outras nações, sendo a última opção um marco da criação de alianças em busca de um objetivo comum. Dependendo do nível de ameaça, é possível obter algumas variações dentro da perspectiva de alianças. A figura abaixo ilustra essa dinâmica exemplificada por Morgenthau, caracterizada por ser uma estratégia comum e frequentemente adotada pelos Estados.

FIGURA 2 – ALIANÇAS VERSUS DOMINAÇÃO MUNDIAL



Fonte: Morgenthau (2003)

O equilíbrio de poder ilustrado nessa figura pode representar também uma espécie de dispositivo de segurança de uma aliança de nações que tenta manter a sua independência diante de um ator que tem como o objetivo a dominação mundial. Ainda que tal objetivo não seja encontrado explicitamente através dos discursos, na medida em que o ator A adquire cada vez mais poder e vantagens em relação aos outros Estados, ele se torna uma ameaça em potencial. Por isso Carr (2011) afirma que o exercício de poder gera apetite por mais poder, assim como Hobbes (1983) quando ressalta que não se pode assegurar o poder sem a aquisição de mais poder.

Além disso, Morgenthau (2003) também advoga sobre o padrão da oposição direta, onde a nação A se encontra com uma política imperialista em direção a nação B. Logo, a nação B reage com uma política de manutenção de status quo ou uma política imperialista própria – nesse caso, entraria uma terceira nação chamada C da qual a nação B gostaria de exercer o domínio, ou seja, há uma oposição direta entre uma nação que deseja influenciar e exercer o seu poder em outra que se recusa a ceder. Um exemplo seria o Japão se opondo a China em de 1931 a 1941. O padrão da competição também se relaciona com a situação ilustrada acima, sabendo que o poder de A seria necessário para dominar C, porém a política adotada por B neutraliza as ações de A por haver um poder equivalente ou superior. Logo, a nação C se posiciona entre as relações de

poder de A e B. Acerca disso, o equilíbrio pode ser realizado de diversas maneiras e estabelecido a partir de diferentes estratégias, ressaltando a importância de analisá-las em suas particularidades. Por isso, é importante analisar três conceitos característicos dentro do sistema de balança de poder que descrevem as diferentes manifestações do comportamento de equilíbrio. São eles *o hard balancing, soft balancing e asymmetric balancing* ilustrados na tabela abaixo (PAUL, 2004).

QUADRO 1 - OS COMPORTAMENTOS DE EQUILÍBRIO

	<b>Natureza da rivalidade</b>	<b>Estratégias chaves</b>
<b>Hard Balancing</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intensa e aberta</li> <li>- Soma zero frequente</li> <li>- Ganhos Relativos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Braços abertos</li> <li>- Alianças formais/informais</li> </ul>
<b>Soft Balancing</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Submersa</li> <li>- Ausência de Soma zero</li> <li>- Ganhos relativos limitados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Braços abertos limitados</li> <li>- Segurança informal</li> <li>- Estratégia preventiva</li> </ul>
<b>Asymmetric Balancing</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Por atores estatais/não estatais (ex: terroristas)</li> <li>- Rivalidade intensa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atores não estatais e os atores estatais patrocinadores buscam estratégias assimétricas</li> <li>- Atores estatais seguem uma mistura de estratégias tradicionais e não tradicionais no combate de ameaças</li> </ul>

Fonte: Extraído e adaptado de Paul (2004)

O *hard balancing* se caracteriza como uma estratégia que frequentemente é observada em contextos de Estados que estão envolvidos em uma rivalidade interestadual acirrada. As estratégias normalmente se relacionam com o aumento de suas capacidades militares, além de participar de alianças – ou contra alianças – que permitam que um Estado tenha a capacidade de corresponder os seus inimigos. O *soft balancing* envolve um equilíbrio subentendido, ou seja, com a ausência de alianças formais. Sendo assim, se caracteriza como uma “coalizão” não ofensiva, mesmo que queira neutralizar um poder crescente ou uma ameaça em potencial. Nesse momento, é possível que o Estado não seja um elemento tão ameaçador, mas pode ser uma ameaça latente capaz de prejudicar o Sistema Internacional em momentos futuros, sendo importante algum tipo de balanceamento, mesmo que sutil. O *asymmetric balancing* equilibra e contém ameaças diretas de atores subnacionais, como por exemplo, os grupos terroristas que têm exercido um papel relevante desde o 11 de setembro de 2001. Tal balanceamento poderia incluir o uso de insurgência ou terrorismo por um Estado mais fraco para mitigar o poder de um adversário relativamente mais forte (PAUL, 2004).

O papel das grandes potências no cenário de equilíbrio de poder normalmente é afetar a balança de poder regional através do fornecimento de armas, sanções, investimentos, transferências tecnológicas e assistência econômica (PAUL, 2004). Os subsídios dados às armas

facilitam a absorção dos custos de equilibrar seus rivais regionais, pois sempre que uma grande potência tenta dominar uma região excluindo os próprios rivais dos assuntos regionais, as potências concorrentes possuem a tendência de aumentar a assistência que dão aos aliados locais (NIOU; ROSE; ORDESHOOK, 1989). Os aliados locais mesmo que aparentemente não sejam parceiros políticos próximos, são levados a cooperar junto ao sistema de equilíbrio de poder, pois o realista tem uma resposta óbvia do por que o indivíduo deve submeter-se e a resposta é que caso ele não se submeta, o mais forte o obrigará. As consequências dessa atitude serão muito mais graves do que uma submissão voluntária, por exemplo. Tal obrigação se derivaria a partir da perspectiva de que poder é direito (CARR, 2011).

When faced with the possibility of cooperating for mutual gain, states that feel insecure must ask how the gain will be divided. They are compelled to ask not “Will both of us gain?” but “Who will gain more?” If an expected gain is to be divided, say, in the ratio of two to one, one state may use its disproportionate gain to implement a policy intended to damage or destroy the other. Even the prospect of large absolute gains for both parties does not elicit their cooperation so long as each fears how the other will use its increased capabilities (HUGHES; MENG, 2011, p.132).<sup>8</sup>

Em um sistema de autoajuda, por conta da preocupação com a sobrevivência, o comportamento do Estado acaba sendo ditado pela insegurança latente que os faz desenvolver todos os meios possíveis para se proteger contra os outros atores. Pois, quem não se utiliza da autoajuda se torna suscetível a muitas consequências indesejáveis, entre elas, a exposição ao perigo. Por isso, Castro (2012) afirma que o Estado nacional atua racionalmente como ente autônomo, possuindo interesses próprios dentro de um Sistema de Estados soberanos direcionados por uma agenda externa ora conflitante, ora em harmonização conveniente. É preciso lembrar que o estado de natureza é um estado de guerra para os atores internacionais e com isso entender que os Estados podem a qualquer momento utilizar a força e por isso todos devem estar preparados ou simplesmente viverão a mercê de seus vizinhos militarmente mais preparados (WALTZ, 1979). Por conta desse sistema, o equilíbrio internacional seria importante ao ser considerado como uma forma particular de representar um princípio de ordem geral em meio a um cenário anárquico. O próprio Morgenthau (2003), por exemplo, ressalta a importância de haver um elemento estabilizador em uma sociedade repleta de nações soberanas.

Para Morgenthau (2003), o único objetivo do balanceador – como a Inglaterra - é o equilíbrio do Sistema Internacional, jogando o seu peso ora em um lado da balança, ora em outro. Ele colocará seu prato no lado em que parecer mais alto que o outro, por ser o mais leve. Além disso, ele pode se tornar amigo ou adversário das potências caso elas venham de modo alternativo perturbar a manutenção do equilíbrio. Sendo assim, o mantenedor do equilíbrio não terá amigos e nem inimigos permanentes, agindo com imparcialidade vigilante. A questão é que isso não acontece quando os Estados possuem interesses maiores do que o próprio equilíbrio, principalmente em questões regionais particulares. Portanto, conceitos como o padrão da oposição direta e o padrão da competição apresentados por Morgenthau são tão importantes quanto os conceitos de *hard balancing*, *soft balancing* e *asymmetric balancing* apresentados por T.V Paul e ambos os autores são fundamentais para entender a dinâmica que se faz presente no conflito do Iêmen. Por isso, é necessário haver também uma perspectiva histórica para que tais elementos adquiram mais embasamento e veracidade através das características específicas da

---

<sup>8</sup> Quando confrontados com a possibilidade de cooperar para obter ganhos mútuos, os Estados que se sentem inseguros devem se perguntar como o ganho será dividido. Eles não são obrigados a perguntar “Nós dois ganharemos?”. Mas sim perguntar “Quem ganhará mais?”. Se um ganho for dividido, digamos, na proporção de dois para um, um Estado poderá usar seu ganho desproporcional para implementar uma política destinada a danificar ou destruir a outra. A perspectiva de grandes ganhos para ambas as partes não provoca sua cooperação, desde que cada uma tenha medo de como a outra usará suas capacidades aumentadas. (tradução livre)

região que necessitam ser consideradas, como a construção do Estado Iemenita e seus conflitos étnicos.

## **2. AS ORIGENS DO CONFLITO IEMENITA**

### **2.1 A unificação do Iêmen**

A situação precária e confrontadora que se instalou em meio ao território iemenita, além da pobreza, fome e outras mazelas que foram adquiridas através do tempo, não faz justiça ao que o Iêmen um dia representou. De acordo com Watson (2016), a Arábia Felix – como eram chamados pelos Romanos – significava “A Arábia feliz”, pois o antigo Iêmen era próspero. Historicamente apoiou reinos poderosos e teve sua história refletida na arte e na arquitetura extensa e bem desenvolvida. Além disso, várias civilizações que governaram o território a partir de 1000 A.C prosperaram devido ao comércio de especiarias, visto que o Iêmen serviu como rota da Índia, fornecendo ao Egito, Roma e Grécia itens como mirra e incenso. Portanto, é possível afirmar com clareza que houve uma série de falhas responsáveis para que o país se tornasse absurdamente pobre, sendo a principal delas a péssima administração pública e sua política culturalmente falida da qual ainda é possível ser observada até os dias de hoje, refletindo nitidamente a incapacidade do Estado de reestruturar o seu sistema.

Os Impérios Britânico e Otomano exerceram um papel fundamental na formação e desenvolvimento das tribos locais, sendo a presença dos otomanos alocada ao Norte enquanto os britânicos se estabeleciam ao Sul. Do mesmo modo, Limão (2019) afirma que os impérios demarcaram as respectivas fronteiras a partir de 1914, onde o Império Britânico tentava influenciar as rotas marítimas da Índia até o canal de Suez. Entretanto, em 1918 o Iêmen do Norte torna-se independente logo após a Primeira Guerra Mundial, transformando o seu sistema político em uma monarquia até Ali Abdullah Saleh proclamar a República Árabe do Iêmen.

As diferenças entre o Norte e o Sul do Iêmen possuem suas origens em fatores históricos e principalmente em relação ao sistema político conflitante. Pois, antes da unificação em 1990, o território do Iêmen era dividido entre a República Árabe do Iêmen cuja fundação ocorreu em 1962 e a República Democrática Popular do Iêmen criada em 1967, sendo o Norte e o Sul respectivamente caracterizados por serem dois Estados distintos. É importante enfatizar a intervenção da Arábia Saudita e do Egito nesse contexto, pois o Presidente Nasser enviou tropas na tentativa de apoiar o novo regime revolucionário do Iêmen do Norte, enquanto a oposição foi apoiada pela Arábia Saudita através de dinheiro e armamentos (BLACK, 2019). No entanto, é possível identificar que apesar de haver uma ditadura militar no Norte e um Estado marxista no Sul, a principal característica em comum seria o fato de naquele momento as duas parcelas já se apresentarem como Estados fracos. Portanto, o mapa abaixo ilustra a divisão territorial entre o Iêmen do Norte e o Iêmen do Sul durante esse período, cujas capitais eram respectivamente Sanaa e Áden.

## MAPA 1 – DIVISÃO HISTÓRICA DO IÊMEN



Fonte: Extraído e adaptado de Fanack (2011)

O Iêmen do norte, majoritariamente xiita e conhecido como o coração da tradição Zaidi, se encontrava nas mãos de uma elite militar que realizou o banimento formal dos partidos políticos, enquanto o Iêmen do Sul possuía um sistema político e econômico que refletia os objetivos do socialismo científico<sup>9</sup> (ETHEREDGE, 2011). Inclusive, é extremamente importante enfatizar que o Iêmen do Sul é majoritariamente sunita e interligado a escola Xafeísta, sendo a ideologia mais seguida para a Sharia<sup>10</sup> no início da escola do Islã. Além disso, a independência da região Sul é conquistada através da Frente Nacional de Libertação (FNL)<sup>11</sup> e então definitivamente passa a denominar-se República Democrática Popular do Iêmen (LIMÃO, 2019). Mas, não demorou muito para que uma guerra civil se instalasse através dos conflitos entre partidos políticos emergentes, contribuindo para que a unificação se tornasse uma realidade cada vez mais próxima e coerente.

Em primeiro lugar, um dos fatores que mais somaram para que a unificação migrasse de uma realidade utópica para uma possibilidade real foi a descoberta de Petróleo e Gás natural nos dois países, respectivamente na região de Marib (Norte) e Shabwah (Sul). Por isso, sendo o Petróleo a fonte mais utilizada desde a Segunda Revolução Industrial, estima-se que apesar de haver o aparecimento de fontes menos agressivas ao meio ambiente, ele continua sendo um recurso natural importante e estratégico. Logo, considerando a alta demanda das nações para o abastecimento interno, a geopolítica do petróleo se torna uma possível fonte de poder somada a versatilidade do gás natural.

A grande questão é que por ser um recurso importante, estudava-se a respeito da união, divisão de lucros e exploração racional dos depósitos. Além do mais, outro fator importante foi a atitude de Mikhail Gorbachev – 8º e último Presidente da União Soviética- ao desencorajar a continuidade de apoio financeiro e técnico ao Iêmen do Sul (ETHEREDGE, 2011), contribuindo

<sup>9</sup> No seio das condições políticas, econômicas e sociais causadas pelo modo de produção capitalista, surgiu o socialismo científico idealizado por Marx e Engels, tendo o propósito de substituir o capitalismo pelo socialismo, de modo a alcançar uma sociedade igualitária (LEITE et al., 2016, p. 3).

<sup>10</sup> Acredita-se que a Sharia é um conjunto de leis, regras e regulamentos elaborados por Deus para proteger e beneficiar a humanidade (STACEY, 2019).

<sup>11</sup> A Frente Nacional de Libertação usava bazucas e morteiros em Aden e atacava diretamente as bases militares britânicas com o objetivo de conquistar a independência da Coroa Britânica (MARTINS, 2010).

para que com a perda de recursos, o regime não conseguisse se sustentar nem mesmo a curto prazo. De fato, as opções começaram a se esgotar e a decisão de unificar-se foi tomada, não necessariamente significando que uma verdadeira unificação a nível político e social tenha de fato ocorrido. Todavia, a ideia era que com a fusão dos Estados, a capital do Norte do Iêmen se tornasse a capital política do Estado unificado, enquanto a capital do Sul do Iêmen se tornasse a capital econômica. A unificação permitiu com que Ali Abdullah Saleh conquistasse o cargo de Chefe de Estado e Ali Salim al-Beidh de chefe de governo.

Uma série de desafios ocorreu após a unificação, entre eles a Guerra do Golfo.<sup>12</sup> Pois apesar do não envolvimento do Iêmen, não foi possível fugir das suas consequências em detrimento aos principais players, seus respectivos aliados e inimigos que interagem no conflito. O Iêmen ficou enfraquecido com uma política externa cada vez mais fragilizada que refletia diretamente no âmbito doméstico, visto que o Iêmen passava a ser cada vez mais dependente da ajuda estrangeira, principalmente da Arábia Saudita, a fim de garantir a sobrevivência dos seus civis.

Quando o Iraque invadiu o Kuwait, surgiu a forte possibilidade de os EUA poderem intervir enquanto aliados da Arábia Saudita. Neste conflito, entre dois países Árabes, o Iêmen teve o azar de estar no Conselho de Segurança da ONU – o único em 15 membros Árabes. Quando se condenou a conduta do Iraque, o Iêmen absteve-se. Enquanto que outros países Árabes aceitavam a intervenção Americana, no Iêmen aconteceu o oposto e iniciaram-se manifestações e protestos, em que se cantava “after today, no more America!”. Em consequência da abstenção Iemenita, a Arábia Saudita retirou o estatuto especial que tinha atribuído ao Iêmen e expulsou vários Iemenitas, conduta que foi seguida por vários outros estados do Golfo e que fez com que 800 mil Iemenitas tivessem de voltar ao Iêmen. Este colapso da ajuda estrangeira levou ao isolamento diplomático do Iêmen (LIMÃO, 2019, p. 27-28).

Além de o país sofrer consequências referentes a conflitos internacionais, a escala latente de conflito entre a população Norte e Sul do Estado ainda era alta e assombrava toda a Nação. Um exemplo seria a guerra civil de 1994, quando o Sul após um pequeno período de tempo tentou reconquistar sua independência da região Norte através do grupo Al-Hirak<sup>13</sup>, advogando que haviam se tornado uma população marginalizada e liderada pelas elites no norte, desestabilizando e enfraquecendo ainda mais a estrutura política do Estado. Entretanto, apesar de Ali Abdullah Saleh conseguir fortalecer sua posição de liderança na região, o mesmo enfrentou posteriormente problemas como graves crises financeiras, crescimento populacional descontrolado, a insurgência dos Houthis e os protestos da Primavera Árabe.

## **2.2 O Zaidismo e o Movimento Houthi**

Conforme mencionado anteriormente, a ramificação islâmica do Zaidismo relacionada à corrente Xiita, além de muito antiga, é encontrada majoritariamente ao norte do Iêmen, especificamente na zona rural de Saada, sendo conhecida por defender a descendência da família do profeta Maomé<sup>14</sup> em termos de legitimidade política. Por isso, é importante enfatizar que a história e o desenvolvimento do Iêmen do Norte se relacionam diretamente à família Houthi,

---

<sup>12</sup> A Primeira Guerra do Golfo Pérsico representou o maior esforço militar internacional desde a Segunda Guerra Mundial e a maior operação dos Estados Unidos desde o Vietnã. Esse conflito deixou um saldo de 35.000/55.000 iraquianos mortos e 292 mortos pelo lado da coalizão (SILVA; SANTOS, 2019).

<sup>13</sup> Movimento do Sul formado por ex militares dispensados do exército com a reunificação do país (COITINHO, 2018).

<sup>14</sup> Ao profeta Maomé foi revelado o alcorão. Além disso, acredita-se que sua conduta apresenta altos padrões morais para os muçulmanos (STACEY, 2012).

tendo a influência do líder político e espiritual do movimento Hussein Badreddin al-Houthi, ex clérigo do Zaidismo e responsável pela rebelião inicial de 2004. Do mesmo modo, Watson (2016) afirma que os zaidis lideraram o imamato do Iêmen do Norte por quase 1000 anos até a década de 1960 e atualmente equivalem a aproximadamente um terço da população iemenita.

As raízes do zaidismo se fincam ao norte quando o pai de Hussein Badreddin al-Houthi, cujo nome coincidentemente é Badreddin al-Houthi, decidiu ir para a cidade de Dahyan e casou-se com mulheres que eram xiitas zaiditas. Tal acontecimento contribuiu para que ele conquistasse o respeito de várias tribos e comunidades, tendo em vista que a família al-Houthi não era tribal. Com isso, ele estabeleceu um documento que garantia a proteção da sua família pela tribo de *Khawlan*<sup>15</sup> (LIMÃO, 2019), construindo um espírito de solidariedade que refletiria em apoio maciço nas subseqüentes guerras de Saada, a partir do momento em que a família posteriormente começasse a atrair a atenção do governo através de várias contestações relevantes que se transformariam em uma revolta armada.

Os Houthis são conhecidos por sua designação oficial traduzida como “assistentes de Deus”. Dessa forma tornaram-se um movimento de protesto local que se opunha a marginalização de sua região natal e a discriminação política e social maciça dos zaidis xiitas. Diante disso, o período de maior radicalização e engajamento político ocorreu a partir de 2004 no curso de seis guerras travadas entre o movimento e o governo de Ali Abdullah Saleh (POPP, 2015). Uma questão importante é considerar que os houthis tornaram-se uma ameaça grave ao presidente a partir do momento em que protestavam, cantavam e erguiam slogans anti-EUA e anti-Israel em Sanaa. Além disso, a família Houthi liderava grande parte da oposição do norte do Iêmen em detrimento da política externa, econômica e religiosa do regime em vigor (SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010).

O governo considerava o movimento como uma rebelião e o relacionava como uma variedade de terrorismo remanescente de outros desafios da Guerra Global ao Terror<sup>16</sup> e defendia que os Houthis eram de fato uma ameaça a unidade islâmica (SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010). A estratégia principal se resumia em confrontar o regime com violência e afrontar as normas culturais e religiosas. Entretanto, o conflito se tornava cada vez mais tribal devido a própria demografia da região e a criação das respectivas alianças de ambos os lados.

### 2.2.1 As guerras de Saada

A rebelião inicial de 2004 tinha o objetivo de adquirir uma maior autonomia aos zaidis em detrimento aos sunitas da região, mas a luta puramente existencial deu início a primeira guerra de Saada. E conseqüentemente, o objetivo cada vez mais inflamado do presidente de erradicar a oposição e todos os indivíduos, grupos e instituições simpáticas ao movimento, resultou na morte de Hussein Badreddin al-Houthi, transformando-o em um verdadeiro mártir e contribuindo para que seu filho al Abdal-Malik assumisse a liderança do movimento. Entretanto, de acordo com Popp (2015), apesar da grande influência do movimento, a parcela da população que apoiava o regime iemenita era sunita e acusava os houthis de trabalharem secretamente para estabelecerem uma teocracia xiita baseada em um sistema de regras que vigoravam no Iêmen até a década de 1960. Tal crença de que o movimento seria uma ferramenta política de expansão do Irã sustentou e motivou o apoio a Saleh. Adicionalmente, o governo contribuía de forma

---

<sup>15</sup> É uma tribo antiga conhecida por cultivar e processar grãos de café Khawlani nos vales de Jazan, há mais de 300 anos (ANBA, 2020).

<sup>16</sup> A chamada Guerra ao Terror foi uma estratégia de segurança que inaugurou dispositivos de segurança, combinados com ações militares efetivas, pronunciadas como guerras preventivas. Desta forma, a luta pela extinção ou contenção do terrorismo foi atualizada, sendo estendida ao campo internacional, sem limites de território ou soberania (DUARTE, 2011).



estratégica para que o grupo fosse visto como detentores de uma postura de interpretação radical e incorreta do zaidismo.

Entretanto, mesmo com a morte de um líder cuja história atribuía um grande significado para os objetivos traçados pelos Houthis, de acordo com Limão (2019), a capacidade de mobilização do movimento se desenvolveu cada vez mais. Principalmente porque o governo não foi capaz de erradicar a rebelião, mas alimentou ciclos cada vez maiores de violência na capital gerando como resultado a segunda guerra de Saada que se estendeu até o sexto conflito. Naquele momento era possível identificar pessoas que aderiram o movimento em virtude das consequências geradas pelo primeiro conflito armado, sendo elas a perda de familiares, propriedades e casas, pois a assustadora escalada de violência acabou por inflamar a população. Com base nisso, a ordem cronológica dos conflitos pode ser acompanhada abaixo, bem como a síntese dos principais acontecimentos que influenciaram o cenário ao longo dos anos.

QUADRO 2 – CRONOLOGIA DAS GUERRAS DE SAADA

<b>Guerras de Saada</b>	<b>Cronologia</b>	<b>Principais acontecimentos</b>
<b>Primeira</b>	De junho a setembro de 2004	- Movimento Believing Youth <sup>17</sup> (Shabab al-Mumin), a crítica ao governo pela cooperação antiterrorismo com os EUA e o envolvimento da Arábia Saudita em assuntos domésticos. - Lutas em Marran e Haydan - Morte de al-Houthi
<b>Segunda</b>	De março a maio de 2005	- Combates em Majz, Sahar, Baqim e Dahyan
<b>Terceira</b>	De novembro ao início de 2006	- Luta tribal entre Hamdan e tribos apoiadoras do movimento e a anistia de 600 prisioneiros
<b>Quarta</b>	De janeiro a junho de 2007	- Mediação do Catar e a tentativa do estabelecimento de um acordo de paz
<b>Quinta</b>	De março a julho de 2008	- Sequestros semelhantes aos da AQPA (Al-Qaeda da Península Arábica) e lutas em Bani Hushaysh
<b>Sexta</b>	De agosto de 2009 ao início de 2010	- Fechamento de estradas importantes - Início da Operação Scorched Earth <sup>18</sup>

<sup>17</sup> Grupo de defesa e educação da cultura zaidi.

<sup>18</sup> O governo do Iêmen enviou mais de 40 mil soldados com o objetivo de erradicar de uma vez por todas o movimento Houthi com ataques ainda mais potentes e precisos (BOUCEK, 2010, p. 9).

Fonte: Elaboração Própria com base em Boucek (2010)

A criação do exército popular composto por mercenários também se caracteriza como um dos marcos das subsequentes guerras de Saada e demonstra o quanto a junção das várias tribos do norte com o movimento Houthi serviu de alerta e ameaçou a desestabilização do governo, além de demonstrar a incapacidade de Saleh ao lidar com crises de tal proporção. O fato de a guerra ter se tornado caracteristicamente tribal contribuiu para a fragmentação e falta de unidade entre os apoiadores de Saleh, resultando positivamente para uma melhor articulação do movimento.

As guerras de Saada duraram seis anos, pois os motivos do conflito se tornaram diversos e contribuíram para uma escalada cada vez maior da guerra, acumulando questões políticas, ideológicas, pessoais, tribais e sectárias (LIMÃO, 2019). A população local tornava-se cada vez mais miserável com a destruição da infraestrutura, os deslocamentos, bloqueios de alimentos e cortes nos meios de comunicação (BOUCEK, 2010). Por isso, faz-se necessário enfatizar que o governo falhou em seus esforços para erradicar a oposição, o que contribuiu para que Salmoni, Loidolt e Wells (2010) acreditem que a família Houthi emerge de um tecido sociocultural mais texturizado e bem mais evoluído do que o governo parece ter apreciado. Todavia, em janeiro de 2010, a Arábia Saudita na fronteira da Província de Saada lançou uma série de ataques aéreos contra os houthis em retaliação a ataques transfronteiriços que causaram a morte e o deslocamento de milhares de pessoas. Com isso, o conflito deixou de ser exclusivamente de âmbito doméstico e foi internacionalizado (KARAKIR, 2018).

A participação da Arábia Saudita gerou uma série de indagações perante a comunidade internacional e dificultou as ações de mediação de conflito. Boucek (2010) afirma que havia uma preocupação de que o Irã pudesse seguir o mesmo exemplo, onde até o momento não havia nenhuma relação direta com os Houthis, mas que poderia levar o conflito a uma dimensão internacional ainda mais perigosa e complexa. Não obstante, a Arábia Saudita assim como o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG),<sup>19</sup> apoiou a Operação Scorched Earth promovida pelo governo iemenita, além da realização de lobbys em Washington com o objetivo de incentivar a ação militar do Iêmen. Entretanto, por conta da exaustão de ambos os lados, um cessar-fogo foi alcançado. A questão principal é compreender que a pressão por uma reforma política no Iêmen estava apenas começando. E mais uma vez, o Iêmen seria assombrado pela alta escala de conflito latente que se agravaria com a influência de atores internacionais. Não obstante, a população estaria prestes a viver os anos mais severos da sua existência.

### **2.3 A Primavera Árabe e a Revolução Iemenita**

Em 2011, os países árabes foram marcados por uma onda importante de revoltas e revoluções populares que contribuiu para uma série de mutações relevantes no âmbito político, tendo como um dos principais objetivos a destituição de ditadores. Portanto, os primeiros protestos da Primavera Árabe ocorreram na Tunísia por conta da repressão e da falta de representatividade. Tal revolta também ficou conhecida por Revolução de Jasmin, inflamada pela morte do jovem Mohamed Bouazizi<sup>20</sup> e encerrada com a queda de Zine El Abidini Ben Ali, ex-líder tunisiano.

---

<sup>19</sup> O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) foi criado em 1981 e consiste numa aliança política e econômica que denota a relevância crescente do petróleo no Oriente Médio, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, e os desequilíbrios daí decorrentes. (COSTA, 2014).

<sup>20</sup> Um jovem vendedor de frutas e legumes cuja morte influenciou diretamente o surgimento dos protestos. No cenário, três inspetores do governo pediram propina e com a sua respectiva recusa foi agredido e teve seus produtos apreendidos. No entanto, ele foi a sede do governo local para pedir os seus produtos de volta, mas o governador se recusou a recebê-lo. Então ele comprou gasolina, jogou sobre si mesmo e acendeu um fósforo. O seu ato de desespero levou multidões as ruas (GARDNER, 2011).

No entanto, assim como outros países da região com Bahrein, Marrocos, Síria, Omã, Jordânia e Argélia, parte da população do Iêmen eclodiu uma demanda por mais direitos e liberdades, além de uma série de reformas capazes de garantir uma qualidade de vida mais justa e adequada. Entretanto, acredita-se que Ali Abdullah Saleh era um bom articulador político, pois de fato uma parcela da população o apoiava diretamente apesar de todos os problemas que seu governo apresentava. Possivelmente esse fenômeno acontecia porque o presidente apadrinhava incessantemente determinadas tribos em detrimento de outras. Portanto, ao inserir-se na Primavera Árabe, o Iêmen recebe o engajamento necessário para iniciar a Revolução Iemenita no país.

No Iêmen, o principal objetivo era de reestruturar o sistema dominante e seus aspectos relacionados ao nepotismo, tribalismo e corrupção (ELAYAH et al., 2017), pois os protestos eram vistos como reflexos de um esgotamento da situação política e econômica do país. No entanto, os protestos deram início a uma série de conflitos violentos entre as elites iemenitas tradicionais e ao mesmo tempo gerou uma oportunidade para que houvesse um reposicionamento e uma redistribuição de poder aparentemente inevitável (SALMUTTER, 2017). O desemprego, a alta taxa de analfabetismo, a falta de prestação de contas e a desnutrição levou a população às ruas em busca de uma qualidade de vida minimamente digna e aceitável.

A resposta repressiva do governo foi ineficiente na contenção dos manifestantes e por isso, segundo Karakir (2018) Saleh organizou contramanifestações massivas baseadas na lealdade tribal e no sistema de patrocínio com o objetivo de reafirmar o seu poder. Como consequência, estima-se que os manifestantes pró-Saleh tenham matado de 200 a 2000 pessoas (LIMÃO, 2019). Portanto, devido ao cenário cada vez mais violento, o governo indiretamente incentivou os Houthis a agirem e entrarem em um novo conflito contra o presidente mais uma vez, tornando-se um embate cada vez mais complexo e multifacetado, principalmente com os ataques da AQPA (Al-Qaeda da Península Arábica) ao tentar se beneficiar da instabilidade nacional.

Em junho do mesmo ano, Saleh foi vítima de um ataque ao palácio presidencial fazendo-se necessário o seu deslocamento até a Arábia Saudita em busca de tratamento médico. Após o incidente, o seu retorno ao Iêmen trouxe consigo um apelo importante vindo principalmente da Arábia Saudita, a fim de garantir que a inevitável transição de poder ocorresse de forma benéfica para seus interesses particulares. O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) através da pressão internacional começou a negociar a saída do presidente, contribuindo para sua destituição após cinco meses de turbulência. Inclusive, a Agência Central de Inteligência (2018) advoga que o acordo foi conhecido como Iniciativa CCG, sendo apadrinhado pelos Estados Unidos e União Europeia e na expectativa de atingir uma efetiva mediação de conflito, restaurando a estabilidade do país.

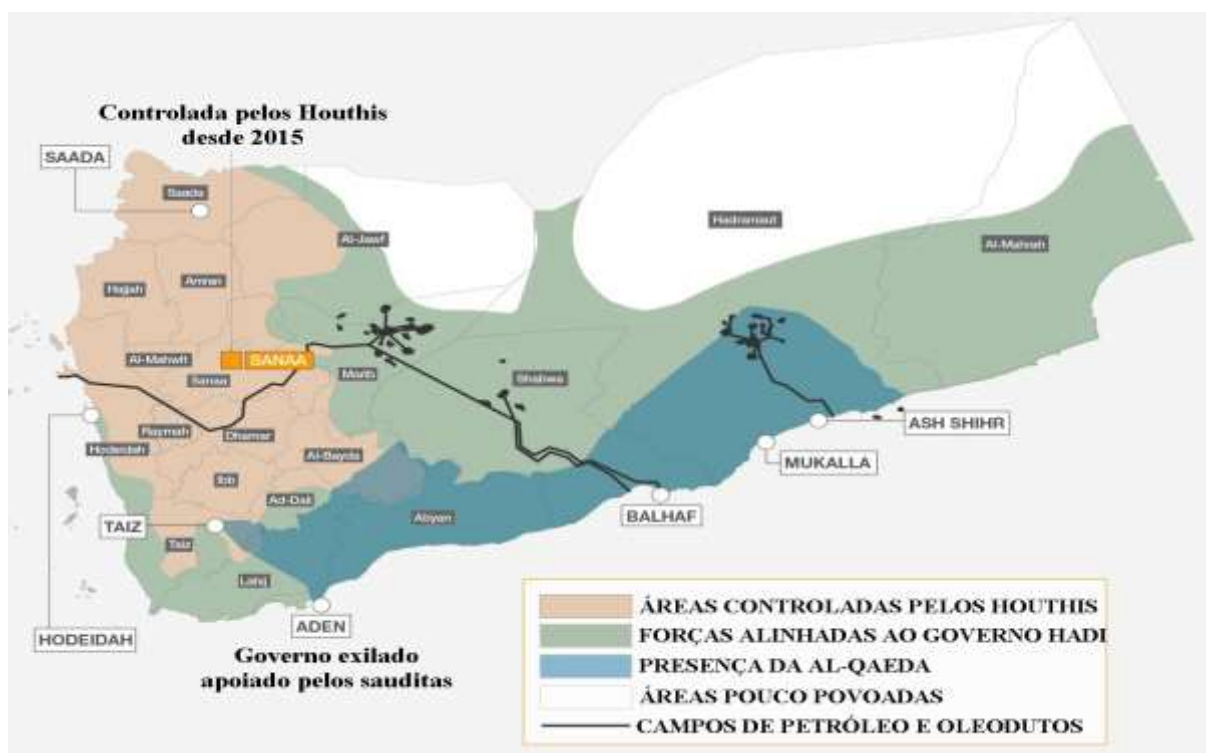
A garantia de imunidade e a autorização de manter-se como chefe do partido GPC (General People's Congress) – o maior partido do Iêmen – contribuiu para que o poder finalmente migrasse para o então vice-presidente Abdrabbuh Mansour Hadi. Em virtude disso, Al-Kahwati (2019) enfatiza que o mecanismo de implementação dessa transição incluiu medidas sobre justiça transnacional, reformas no setor de segurança, além de um processo de diálogo nacional. O objetivo era de decidir o futuro do Iêmen e resolver os problemas com os Houthis e os separatistas do Sul (Al-Hirak), responsáveis pela maioria dos fatores que levaram o território iemenita a se tornar uma avassaladora zona de guerra.

O exercício de poder do presidente Hadi se encontrava comprometido diante da lealdade solidificada do exército ao ex-presidente, ou seja, havia uma competição de poder entre os grupos atuantes ao invés de um compartilhamento. Sendo que esses fatores dificultaram uma mudança efetiva, fazendo com que Saleh ainda pudesse interferir na política doméstica do Iêmen através de ações extremamente drásticas como a aliança com seus antigos inimigos, os Houthis. De fato, Saleh conseguiu provar que o seu calculismo político não havia limites. E tal aliança só foi possível porque havia um interesse inegável por parte do grupo em governar o Iêmen.

Ademais, os níveis de violência diminuíram quase que insignificadamente e mais uma vez os Houthis conseguiram tomar a capital do país.

Conforme Karakir (2018), o palácio presidencial foi ocupado pelos Houthis que colocaram o presidente Hadi em prisão domiciliar, onde ele teria sido forçado a renunciar a presidência. Entretanto, ele conseguiu fugir para Áden, declarando que ainda era o presidente do Iêmen e que a partir daquele momento na tentativa de proteger sua integridade física, a capital do país seria em Áden. Dessa forma, é possível observar no mapa abaixo a fragmentação do terreno advinda da falta de legitimidade do governo Hadi e a divisão de poder refletida nos aspectos territoriais do Iêmen.

## MAPA 2 – O CONTROLE DO TERRITÓRIO IEMENITA



Fonte: Extraído e adaptado de Al Jazeera (2019)

É importante salientar que os Estados Unidos acusou o Irã de providenciar apoio militar através do fornecimento de armas aos Houthis desde 2011 (LIMÃO, 2019), enquanto os sauditas uniam seus esforços para erradicar a ameaça refletida na união do Irã, Saleh e do grupo que em 2014 foi considerado o mais forte de toda a Península Arábica. Tal conexão Iraniana somada ao apoio da Arábia Saudita ao governo desencadeou debates sobre a ocorrência de uma possível Proxy War<sup>21</sup> ou uma guerra fria regional (KARAKIR, 2018). A presença da Al-Qaeda permanecia forte na região e o grupo separatista do Sul ainda declarava constantemente a sua independência da região norte.

A grande escalada de violência na região deu início a uma efetiva guerra civil no Iêmen. Os houthis e as forças pró-Saleh eclodiram confrontos em Aden contribuindo para que Hadi rapidamente fugisse para a Arábia Saudita. Consequentemente, o presidente apelou para que os Estados Árabes do Conselho de Cooperação do Golfo intervissem militarmente na região. De acordo Al-Kahwati (2019), a possível solução foi criar a chamada Coalizão Saudita,

<sup>21</sup> Também conhecida como “guerra por procuração”, é definida como uma guerra entre grupos ou Estados menores onde cada um representa os interesses e obtém apoio de um poder maior. De acordo com Allison (2018), a principal razão para adotar essa estratégia seria a intenção de evitar um conflito direto.

posteriormente responsável por uma série de ataques aéreos, contribuindo para que o Irã e a Arábia Saudita reafirmassem ainda mais a sua oposição acirrada através de financiamentos e operações militares.

O conflito passou a desenvolver níveis cada vez maiores de internacionalização, enquanto a população se encontrava em uma das maiores crises humanitárias do mundo, onde milhares de pessoas perderam suas vidas por conta da desnutrição e da falta de assistência médica em meio a doenças gravíssimas como a cólera. Entretanto, Cerioli (2018) afirma que o Ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita fez uma alusão ao apoio iraniano aos Houthis, afirmando que a crise foi o resultado direto da intrusão do Irã nos assuntos internos do Iêmen, fomentando as divisões sectárias e frustrando os esforços internacionais. Assim sendo, a série de graves acusações entre os dois principais players estava apenas iniciando, sendo importante acompanhar os passos dados por ambos a partir da oficialização da guerra e analisar suas principais motivações e estratégias para manter ou maximizar o poder, conforme os aspectos teóricos abordados no primeiro capítulo.

### **3. ANÁLISE E MAPEAMENTO DA BALANÇA DE PODER**

#### **3.1 O poder e o antagonismo entre Arábia Saudita e Irã**

Em meio a tantas acusações durante a guerra civil, o ponto de partida seria considerar as assimetrias encontradas no cenário, pois através delas é possível observar que a descentralização dos atores incentiva um estado latente de profunda instabilidade em um Estado falho. Considera-se ainda a incapacidade do Iêmen em lidar com suas próprias questões domésticas, contribuindo para que o conflito adquirisse um caráter cada vez mais internacionalizado. De acordo o nível de ameaça que os atores estatais e não estatais representam através de suas capacidades coercitivas e militares, são tomadas medidas que buscam mitigar os possíveis fatores capazes de contribuir para uma perda significativa de poder, onde se constitui elementos capazes de atrair a inexistência do Estado.

Os principais players do conflito se caracterizam como uma república xiita revolucionária e uma monarquia sunita conservadora, conhecidos por representar vividamente o funcionamento do cenário internacional, onde a força, o interesse e o poder são fatores decisivos de suas ações. A busca por maximização de poder molda o combate indireto entre a Arábia Saudita e o Irã, pois as duas potências rivais fomentam análises complexas de política externa. Não obstante, a estratégia de influenciar as políticas e os assuntos regionais de forma geral incentiva a capacidade de ambos de garantir uma política regional favorável à sobrevivência. Entretanto, conforme O'Driscoll (2017), o conflito amplia a natureza sectária da guerra e concentra a batalha em uma narrativa de xiitas contra sunitas usada por extremistas para justificar a violência e obter apoiadores. Além disso, a rivalidade ideológica é motivada por identidades concorrentes e opostas, representando valores importantes de um Estado e prescrições normativas de como deve ser a ordem regional (CERIOLI, 2018). Uma questão primordial a ser considerada é que a região do golfo é uma área importante para a projeção de poder de ambos os Estados e determinadas configurações podem resultar em ameaças significativas em relação ao seu sistema político.

É fundamental compreender que a Revolução Islâmica do Irã<sup>22</sup> foi um divisor de águas responsável por moldar grandes diretrizes de sua política externa e muito se parece com os ideais

---

<sup>22</sup> A postura do governo assumida pelo novo chefe do país foi extremamente radical. Novas leis, baseadas no islamismo entraram em vigor e uma ação de militantes islâmicos tomou americanos como reféns na embaixada dos Estados Unidos em Teerã. O Irã decretava naquele momento o fim das afinidades com os Estados Unidos (JUNIOR, 2013).

do líder Houthi. Por exemplo, o mesmo adaptou o discurso do Ayatollah Khomeini “morte a América” – popularizado durante a revolução iraniana – e passou a difundi-lo como “morte a América, morte a Israel, danem-se os judeus, vitória ao islã” (RAUBER et al, 2018), representando um movimento contrário aos ideais e interesses sauditas e americanos, além de adotar uma postura extremista e perigosa típica dos movimentos revolucionários apoiados pelo Irã, demonstrando ser uma nítida ameaça em potencial ao considera-lo através de suas capacidades bélicas. No mesmo período, a Arábia Saudita demonstrava ser um aliado importante na propagação de um mundo islâmico aliado ao capitalismo do ocidente. Não obstante, o caráter antiocidental e o discurso nacionalista intenso representado pela política externa iraniana rivalizam diretamente com os interesses intervencionistas norte-americanos no Oriente Médio, estimulando a criação de alianças capazes de proteger os seus objetivos, especialmente os relacionados ao Petróleo.

Isso ocorre porque o Irã além de participar da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), é o terceiro maior exportador do planeta, atrás somente da Venezuela e da Arábia Saudita (MARRA, 2019). Portanto, a estreita relação política e econômica norte-americana com a Arábia Saudita é o que equilibra e controla as intenções extremistas do Irã, considerando que as capacidades ofensivas dos dois países são semelhantes. Por outro lado, o Irã possui laços estreitos com Estados, como China e Rússia, duas ameaças em potencial para os Estados Unidos e atores relevantes para que não haja uma possível dominação mundial por parte da potência hegemônica. Desta forma, ao analisar as ações do Irã é possível compreender que a sua estratégia para promover seus interesses no Oriente Médio está relacionada com a expansão da sua esfera de influência através de comunidades xiitas e as suas respectivas necessidades. Além disso, o Irã concede legitimidade política e atenção positiva da mídia aos Houthis, assumindo um papel historicamente antagônico ao da Arábia Saudita, conforme o quadro abaixo.

QUADRO 3 – PAPÉIS TRADICIONAIS DO IRÃ E DA ARÁBIA SAUDITA

ARÁBIA SAUDITA	IRÃ
<b>Líder Regional:</b> A monarquia mais antiga, estável e rica do Golfo projeta-se como um líder regional que defende a ordem. Prevê assistência financeira e religiosa para aqueles que reconhecerem sua predominância regional.	<b>Líder Regional:</b> Um líder revisionista, criando pragmáticas alianças a fim de alterar o status quo regional.
<b>Protetor da fé:</b> Regime fortemente conectado ao Wahabismo e com a imagem de protetor das cidades sagradas do islã. Projeta uma liderança islâmica para os demais, desde que conservador. Fornece intensas assistências para os muçumanos.	<b>Protetor da fé:</b> É um regime político islâmico do qual os aiatolás projetam uma liderança para todos os islâmicos do mundo, insistindo que seu posicionamento é pan-islâmico e não sectário.
<b>Agente anti-instabilidade:</b> Extremamente opositor a qualquer força de demande uma mudança na ordem regional, especialmente se esta questiona a predominância saudita ou sunita.	<b>Bastião das Revoluções:</b> Um dos deveres seria espalhar a revolução para qualquer outro país islâmico no qual houvesse o interesse em derrubar regimes não representativos ou corrompidos.
<b>Aliado Fiel:</b> Depende dos Estados Unidos em termos econômicos e securitários. A aliança é uma barganha: sauditas mantendo uma ordem estável onde os fluxos de petróleo para o Ocidente estão garantidos, e os estadunidenses provém segurança e	<b>Ponte:</b> Defende a necessidade de dar voz a todos os islâmicos oprimidos do mundo, principalmente os xiitas. Faz uma ponte entre eles e os opressores.

armamento.	
	<b>Anti-imperialista:</b> Não se alinha a nenhum outro país estrangeiro, pois considera que muitos possuem interesses imperialistas. O país sustenta que uma ordem regional deve ocorrer sem a intervenção de países extraterritoriais.

Fonte: CERIOLI (2018)

Os dois Estados ao apresentarem papéis e interesses antagônicos contribuem para que haja uma disputa cada vez maior pelo poder e influência no Oriente Médio. O conflito no Iêmen semelhantemente ao conflito da Síria apresenta-se como um fator atrativo para os países da região exercitarem a sua capacidade de liderança. No caso da guerra civil do Iêmen, os dois a enxergam de duas formas distintas. Para o Irã, é uma oportunidade única que deve ser aproveitada para promover seus interesses, afastar ou ao menos enfraquecer a influência ocidental do Oriente Médio, gerando uma mudança no status quo capaz de afetar diretamente os objetivos da política externa americana na região. Para a Arábia Saudita, o fato de o Irã influenciar áreas como Damasco incentiva um cuidado ainda maior para que o Iêmen permaneça sendo um aliado, considerando que esse seria um fator crucial para a preservação de suas fronteiras e interesses comerciais.

É importante ainda atentar para um fator relevante e recente na relação entre os dois Estados, sendo este a morte de Qasem Soleimani, o general iraniano da Guarda Revolucionária, o que gerou uma grande repercussão no início de 2020. O ataque de drone por parte dos Estados Unidos no Aeroporto de Bagdá deu fim ao legado daquele que era considerado um herói por parte dos Iranianos, pois atuava fielmente na linha dos pilares ideológicos do Irã, considerados por muitos uma ideologia que possui uma linha tênue com o extremismo. A preocupação da Arábia Saudita com o Irã é relatada, por exemplo, quando Adel Al-Jubeir no cargo de embaixador da Arábia Saudita nos EUA afirma que o Irã é responsável pela maioria das dificuldades que os EUA e a Arábia Saudita enfrentam na região. Al-Jubeir sugeriu ainda que os EUA deveriam agir de forma mais efetiva no combate da interferência Iraniana, pois desde a Revolução Iraniana, o Irã tem respondido com força e firmeza em vez de reconciliação. Além disso, o embaixador afirmou que o rei Abdullah acreditava que apenas uma demonstração de força dos EUA seria capaz de interromper as políticas expansionistas do Irã.<sup>23</sup>

É possível identificar ainda o interesse da Arábia Saudita em ser a verdadeira líder hegemônica do mundo Islâmico, pois acredita-se que o Irã não representa os verdadeiros fundamentos do islamismo que de acordo com o Rei Abdullah seriam respectivamente: a moderação e a manutenção do equilíbrio. Logo, afirma-se que o papel representado pela Arábia Saudita na região poderia torná-la uma pacificadora entre as inúmeras vertentes. O rei também acusou o Irã de adorar elementos que estão além de Deus, como pessoas e cúpulas. Não obstante, citou ainda as consequências advindas da obtenção de armas nucleares por parte do Irã, deixando claro que apesar do caráter pacificador e preferência pelo diálogo, o Irã deveria compreender que começar uma corrida armamentista na região transformaria o cenário em uma situação extremamente perigosa.<sup>24</sup>

Nesse aspecto, a rivalidade entre o Irã e a Arábia Saudita também passa por fatores geoestratégicos. Para a Arábia Saudita, perder a relação privilegiada com o Iêmen e sua respectiva influência no Estreito de *Bab El-Mandeb* é inadmissível e muito arriscado,

<sup>23</sup> Saudi Arabia Riyadh. **SAUDI AMBASSADOR TO THE US ON IRAN, SANCTIONS**. 2007. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/07RIYADH2322\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/07RIYADH2322_a.html). Acesso em: 04 jun. 2020.

<sup>24</sup> Saudi Arabia Riyadh. **KING EXPRESSES CONCERN ABOUT IRANIAN INFLUENCE IN THE REGION**. 2006. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/06RIYADH5546\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/06RIYADH5546_a.html). Acesso em: 04 jun. 2020.

principalmente se esta perda estiver vinculada diretamente ao Irã e seus respectivos aliados – China e Rússia - através dos Houthis.

### 3.1.1 O Estreito de Bab El-Mandeb

O vácuo de poder instalado no território colocou em risco o estreito de *Bab El-Mandeb*, passando por ele grandes trocas comerciais através das embarcações que transitam pelo Canal de Suez, localizado entre Djibuti e Iêmen. Estima-se também que estação hidrográfica tenha testemunhado o trânsito de 6,2 milhões de barris por dia de petróleo bruto, condensado e produtos de petróleo refinado em direção à Europa, Estados Unidos e Ásia no ano de 2018 (RAGA, 2020). No entanto, a região que inicialmente foi tomada pelos Houthis com o apoio estratégico do Irã causou grande comoção dos países ocidentais, ameaçados pela diminuição da sua atividade comercial da qual consequentemente afetaria a projeção de poder dos países dependentes do estreito.

Acredita-se que o domínio do estreito por parte dos Houthis causaria consequências sem precedentes, entre elas o não alinhamento com a política externa saudita e a exclusão das relações com os países ocidentais, intenções que seriam cada vez mais inflamadas pelo Irã através do apoio espiritual, político, militar e midiático. Assim sendo, países ocidentais não tardaram para oferecer apoio à Coalizão Saudita em detrimento da sua respectiva retomada. Entretanto, assim como Morgenthau (2003) afirma, independente dos objetivos materiais de uma política externa, tais como a aquisição de matérias primas ou controle de rotas marítimas, a questão está sempre relacionada com o controle das ações do outro mediante a influência sobre suas mentes. Semelhantemente Carr (2011) advoga que a busca da segurança pelas potências saciadas tem sido frequentemente motivo de flagrantes exemplos de política de poder e Waltz (1979) enfatiza que o poder é buscado como um meio de alcançar a segurança e não um fim em si mesmo.

MAPA 3 – ESTREITO DE BAB EL-MANDEB



Fonte: Extraído e adaptado de Cunningham (2018)

O estreito possui uma localização estratégica e estabelece a ligação entre o Mar Vermelho, o Oceano Índico e o Golfo de Áden, portanto os Estados possuem um grande interesse em avaliar quem poderá ou não se inserir nele. No entanto, apesar de ser um portal



crucial para as rotas de comércio marítimo, ele é considerado um dos estreitos mais perigosos e instáveis do mundo em detrimento as constantes ameaças e desafios regionais.

A Arábia Saudita considera que a manutenção de relações estáveis com o Iêmen e o esforço para manter o Irã afastado do território são matérias de segurança nacional (LIMÃO, 2019). Acredita-se que o estreito controlado pelo Iêmen e influenciado pelos Houthis apresentaria graves prejuízos a comercialização do Petróleo saudita do qual representa uma margem altíssima de toda a sua economia. No entanto, é importante observar que o domínio xiita no Iêmen contribuiria para uma repressão da maioria, dando ao Irã o poder de representar uma ameaça ainda maior a segurança dos seus inimigos além de incentivar a exportação de seus ideais radicais.

### **3.2 A coalizão saudita e a busca pelo equilíbrio de poder**

Em 2017, a aliança pragmática do ex-presidente Saleh com os Houthis havia sido desfeita, pois o estabelecimento baseado na premissa “o inimigo do meu inimigo é meu amigo” além de frágil, não considerava que ambos almejavam o poder do território iemenita e que em algum momento, como nos velhos tempos, o poder voltaria a ser disputado entre eles. Como afirma Karakir (2018), os dois lados cooperaram apenas porque havia um descontentamento comum ao presidente Hadi, mas a relação problemática e as inúmeras divergências não tardaram a surgir. O fim de Saleh se resumiu em seu assassinato pelos Houthis ainda no mesmo ano.

Uma nova era sobre discursos de segurança estava sendo inaugurada no Oriente Médio, pois a presença de novos armamentos e táticas no território iemenita contribuiria para que os grupos terroristas que ameaçam Israel – como Hezbollah<sup>25</sup> e o Hamas<sup>26</sup> – posteriormente as utilizassem. Desta maneira, o apoio norte-americano a coalizão saudita ocorre principalmente porque a segurança da Arábia Saudita e de Israel passou a ser vista como um problema de segurança mundial (RAUBER et al, 2018).

De fato, a estabilidade do equilíbrio de poder está sempre sob o risco de vir a ser perturbada, necessitando ser restaurada continuamente, pois o sistema internacional bem como os seus atores estão em constante mudança. No caso da natureza dependente demonstrada pelo Iêmen, considera-se que a capacidade e o potencial de mobilizar estrategicamente os atores de menor estatura cratológica dependem de elementos intangíveis. Os respectivos elementos, de acordo com Castro (2012), se resumem na vontade nacional, habilidade diplomática e o suporte popular ao governo. Elementos problemáticos do Estado iemenita, que incentivam o constante aparecimento de intervenções internacionais e refletem a fragilidade de suas estruturas. No entanto, o tipo de equilíbrio interno promovido pela Arábia Saudita funciona como um contrapeso aos Houthis.

A solicitação do Presidente Hadi despertou a Coalizão Saudita e suas respectivas operações, sendo a principal acusação o fato de o Irã tentar controlar uma região fronteiriça a Arábia Saudita através dos Houthis, o que de certa forma dificultou a resolução do conflito do qual o governo Iemenita demonstrava-se incapaz de articular. No entanto, a coalizão foi apoiada por países como Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Sudão, Jordânia, Kuwait, Marrocos, Egito e, até 2017, Catar. Entretanto, de acordo com o relatório oficial da Human Rights Watch (2018), os

---

<sup>25</sup> O Hezbollah é um grupo islâmico xiita nascido durante a Guerra Civil Libanesa, em 1982. O conflito foi resultado das tensões entre diversos grupos que habitavam o país, sobretudo entre cristãos e muçulmanos. Os grupos cristãos possuíam a maior parte do poder no Líbano e eram contrários à presença de palestinos no país, apoiando a causa de Israel. Por outro lado, os muçulmanos apoiavam a causa palestina e buscavam ter mais poder no território libanês. Disponível em: <https://www.politize.com.br/hezbollah/>. Acesso em: 18 maio 2020.

<sup>26</sup> Em sua carta de fundação, o Hamas estabeleceu como objetivos a luta armada contra Israel e a realização de programas de bem-estar social. Além de não reconhecer a existência do Estado de Israel, o Hamas defende a criação de um único Estado palestino que ocuparia a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, área onde hoje fica Israel. Disponível em: <https://www.politize.com.br/hamas-conflito-palestina-israel/>. Acesso em: 18 maio 2020.

Estados Unidos além de fazerem parte do conflito, podem ser cúmplices de alguns ataques ilegais da coalizão. Além disso, o reabastecimento e o apoio tático americano foram cruciais para as operações tanto quanto os armamentos e o treinamento fornecido pela França e Reino Unido.

Uma aliança adiciona precisão a uma comunidade de interesses já existente e às políticas gerais e medidas concretas que as servem. Os interesses típicos que aproximam duas nações contra uma terceira são ao mesmo tempo mais definidos no que diz respeito à determinação de quem é o inimigo e menos preciso no que se refere aos objetivos a serem buscados e às políticas a serem seguidas [...] A aliança puramente ideológica, desligada de interesses materiais, não tem condições de sobreviver: além de se demonstrar incapaz de determinar políticas e de orientar ações, ela se presta a equívocos, pois aparenta a existência de uma solidariedade política que não existe de fato (MORGENTHAU, 2003, p. 347)

Ao discorrer sobre a solidariedade política, através de Morgenthau, é possível identificar que o caráter meramente revolucionário defendido pelo Irã em favor das minorias xiitas oprimidas não condiz com a realidade. De fato, apesar de o cenário iemenita ser considerado como uma extensão de sua própria revolução de 1979, o Irã dissimula a intenção de atrair o Iêmen para a sua zona de influência e tudo o que nela implica. Por exemplo, a própria escola realista advoga que a política internacional envolve uma luta contínua entre os Estados por poder e segurança, pois são constrangidos através das capacidades individuais. Além disso, é certo de que os Estados regionais mais fortes possuem maior probabilidade de se equilibrar.

De acordo com Golberg, Azani e Lvovsky (2019) os três principais pilares da política iraniana no Iêmen são apoiar os Houthis, perturbar e prejudicar os interesses árabes sunitas (especialmente os do Reino da Arábia Saudita) e controlar o estreito de Bab El-Mandeb. Isso ocorre principalmente porque a eleição de Mahmoud Ahmadinejad em 2005 marcou uma mudança importante na política externa iraniana. Segundo Nakasima e Mèrcher (2018), o Irã voltava a sua atenção para a chamada “Arab Street” que seriam países árabes não necessariamente xiitas, mas que se alinhavam com a conduta iraniana diante de temas negligenciados pelos sauditas, como por exemplo, o conflito de Palestinos e Israelenses. O objetivo do Irã passou a ser conquistar a confiança de tais países árabes, para que a legitimidade dos sauditas como liderança islâmica fosse minada. Em contrapartida, o Rei Salman bin Abdulaziz Al Saud e seu filho, Mohammed bin Salman também provocaram uma ruptura importante na política externa saudita ao ascenderem ao trono, pois a doutrina intervencionista com o objetivo de conquistar uma hegemonia sólida na região substituiu a antiga diplomacia cautelosa e indireta.

### **3.2.1 Estratégias de Balanceamento**

No cenário do conflito Iemenita é possível encontrar uma grande variedade de interesses representados através dos atores estatais e não estatais. Assim como foi dito nos capítulos anteriores, tais interesses irão moldar os objetivos dos players e conseqüentemente refletirão em suas ações. Apesar da principal interação e o protagonismo esteja presente no embate da Arábia Saudita e o Irã, faz-se necessário apresentar com clareza todos os atores que em algum momento se envolveu no conflito de forma direta ou indireta.

#### QUADRO 4 – PRINCIPAIS ATORES DA GUERRA IEMENITA

<b>Players</b>	<b>Estratégia</b>
Iêmen	Padrão da competição
Houthis	Balanceamento Assimétrico
Al-Hirak	Balanceamento Assimétrico
Irã	<i>Hard Balancing</i>
Arábia Saudita	<i>Hard Balancing</i>
Bahrein	Política de Alianças
Emirados Árabes Unidos	Política de Alianças
Egito	Política de Alianças
Marrocos	Política de Alianças
Qatar	Política de Alianças
Jordânia	Política de Alianças
Kuwait	Política de Alianças
Sudão	Política de Alianças
AQPA	Balanceamento Assimétrico

Fonte: Autoria Própria

Na respectiva dinâmica, identifica-se que o Iêmen se adéqua ao padrão da competição apresentado por Morgenthau (2003), pois o poder do player A (Irã) seria potencialmente capaz de dominar o player C (Iêmen) por ser um país fragilizado, mundialmente conhecido como “falho” e indubitavelmente inferior em termos de poder. No entanto, a Arábia Saudita surge como o player B capaz de competir ou neutralizar as ações de A, tendo em vista que os recursos de C seriam insuficientes e gerariam um inevitável colapso não apenas para si próprio, mas certamente suas consequências atingiriam os Estados vizinhos, o que incentiva uma participação ainda mais ativa no conflito a fim de garantir a segurança dos seus interesses.

O Irã e a Arábia Saudita se adéquam as estratégias de balanceamento duro ou *hard balancing*, pois assim como é apresentado no primeiro capítulo, os dois Estados adotam um comportamento de soma zero, ou seja, o ganho do Irã representa necessariamente a perda da Arábia Saudita e vice-versa. A rivalidade histórica entre os dois se caracteriza de forma muito intensa na região e ao utilizar a estratégia de balanceamento duro torna-se possível à criação de alianças formais ou informais. No caso da Arábia Saudita, a aliança é feita com a criação da Coalizão Saudita. No caso do Irã, existe uma aliança informal com os Houthis.

Por outro lado, os Houthis, o Al-Hirak e a AQPA adotam o balanceamento assimétrico apresentado por Paul, principalmente por não serem players estatais. No caso dos Houthis, isso ocorre porque apesar do Iêmen ter uma capacidade militar deteriorada, fez-se necessário a utilização de um Estado patrocinador que auxiliasse suas capacidades ofensivas através de armas capazes de desestabilizar o governo sunita. Logo, além de haver um auxílio material, o Irã é responsável ainda por ser um mentor espiritual para os Houthis, sempre argumentando acerca da revolução e concentrando os seus esforços para dar voz aos xiitas marginalizados, ou em outras palavras, enfraquecer o sunismo. No caso do Al-Hirak, há o interesse em travar o avanço dos Houthis e do Iêmen ao Sul do Iêmen, o que conseqüentemente faz com que eles declarem seu apoio ao governo. Entretanto, é importante compreender que o Al-Hirak e o governo Iemenita possuem grandes divergências e o relacionamento entre os dois players é muito semelhante a breve aliança do ex-presidente Saleh com os Houthis. Isso ocorre principalmente pela ideologia do grupo, pois o seu interesse em proteger o Sul do território reflete o seu objetivo de obter a independência da região e romper com a unificação de 1990.

A AQPA tornou-se um alvo da repressão governamental do Iêmen desde o período da Guerra ao terror fomentada pelos EUA. No cenário inicial, as forças iemenitas lutavam contra a AQPA, o Al-Hirak ao Sul e a insurgência xiita dos Houthis ao norte do território. No entanto, no início de 2020 a Casa Branca<sup>27</sup> surpreendeu o grupo com a morte de Qasim al-Raymi – líder da AQPA no Iêmen – pela operação antiterrorista promovida pelos EUA, o que acabou por enfraquecer o movimento global.

Logo, o grupo salafista representa uma grande ameaça com sua retórica antiamericana e antiocidental, tendo como objetivo o reestabelecimento do califado no mundo islâmico. Assim como o Irã, a AQPA adota um discurso que afirma sua crença de que os governos ocidentais agem contra os interesses dos muçumanos, principalmente por conta do suporte econômico e militar a regimes considerados opressores aos muçumanos. Afirma-se ainda que o financiamento da AQPA seja obtido da riqueza pessoal de Osama Bin Laden, comércios ilegais e doações de atores não identificados. Portanto, a AQPA atua com uma representatividade não estatal extremista e violenta que tem por objetivo contrabalancear o poder e a influência ocidental no Oriente Médio. Além disso, a aproximação do governo do Iêmen com os EUA, a Arábia Saudita e a relação conturbada com o Al-Hirak faz com que todos esses sejam inimigos.

Por fim, os membros da Coalizão Saudita adotam a estratégia de Alianças apresentada por Morgenthau. Isso ocorre porque o Petróleo e o Estreito de Bab El-Mandeb se apresentam como o pivô da mobilização entre os Estados da Coalizão. Não obstante, a política revolucionária Iraniana ao obter influência sobre o Estreito, iniciaria um processo de aquisição de poder sem precedentes, arriscando a sobrevivência e a estabilidade de muitos Estados do Sistema Internacional. A formação de uma aliança contra os grupos insurgentes, principalmente os Houthis, reflete a preocupação dos Estados diante de um possível desequilíbrio da balança de poder regional que certamente impactará o Sistema Internacional como um todo. No entanto, os seus interesses e suas respectivas ações no território Iemenita se traduzem nas grandes operações militares a fim de mitigar os riscos da ameaça em potencial e reestabelecer a utopia da segurança. Dessa forma, o poder da Arábia Saudita é maximizado com a presença das outras nações.

### 3.3 Operações Militares

A mídia internacional só concentrava sua atenção no Iêmen quando os acontecimentos se relacionavam ao terrorismo, casamento de crianças e a falta de água, fatores antigos e problemáticos na região (SALMUTTER, 2017). O Iêmen só conseguiu ser enxergado através da grande coalizão a partir do surgimento da primeira operação chamada Decisive Storm, crucial para o exército iemenita que desde o início demonstrava ser extremamente modesto com uma força aérea desconhecida e uma marinha inoperante, além de incapaz de lidar com um inimigo que se apresentava com armas cada vez mais sofisticadas que até então eram incomuns na região. Tal operação ficou conhecida pela sua atuação aérea em ataque aos Houthis e a AQAP. Seus objetivos são resumidos no quadro a seguir.

---

<sup>27</sup>WHITE HOUSE. Statement of the President: National Security and Defense. **White House**, US, 6 fev. 2020. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/statement-from-the-president-13/>. Acesso em: 4 jun. 2020.

## QUADRO 5 – OBJETIVOS DA OPERAÇÃO DECISIVE STORM

1.	A proteção do Iêmen contra as milícias Houthis e seus aliados
2.	A segurança do Reino da Arábia Saudita e dos países vizinhos, especialmente de mísseis balísticos e armas pesadas capturadas pelas milícias Houthis e seus aliados
3.	A neutralização da maioria das capacidades militares das milícias Houthis e seus aliados, que representavam uma ameaça ao Iêmen e aos países vizinhos
4.	A prevenção do fluxo de armas de fora do Iêmen para o país
5.	A proteção do governo legítimo e sua capacidade de conduzir seus negócios

Fonte: Elaboração própria, com base em The Saudi Embassy (2015)

De acordo com as informações concedidas pela Embaixada da Arábia Saudita<sup>28</sup>, além de haver uma preocupação acerca da política doméstica do Iêmen, a Arábia Saudita pretendia atuar como um agente restaurador do equilíbrio. Em contrapartida, apesar do caráter pacifista, a Coalizão Saudita foi acusada de diversos ataques aos civis iemenitas, incentivando o aprofundamento das conturbadas relações diplomáticas com o Irã que os responsabilizavam constantemente pelo número de mortos e utilizava uma estratégia que visava o enfraquecimento moral do grupo opositor aos Houthis. Não obstante, o Irã utilizava a presença de tropas americanas no território saudita para acusá-los de acima de tudo e primeiramente serem traidores do islã.

Na campanha aérea, a coalizão conseguiu obter um nível satisfatório de sucesso, pois atingiu diretamente a capacidade de mobilização dos Houthis utilizando-se de táticas de supressão. De acordo com Sobrinho e Neris (2019), os ataques aéreos não só obtiveram êxito ao atingirem comandantes Houthis, mas também afetaram áreas e lugares estratégicos que o grupo controlava. A operação conseguiu se respaldar na Resolução 2216 do Conselho de Segurança da ONU que afirma a necessidade de prevenir a venda e o suprimento de armas e similares.<sup>29</sup> Entretanto, em relação a reconquista do território, a operação aérea não demonstrava ser eficaz por si só, levando a criação da segunda operação no território do Iêmen.

A Operação Golden Arrow - idealizada após a Decisive Storm - foi uma ofensiva conjunta da resistência Hadi para a recuperação da cidade portuária de Aden, contando com o apoio da força aérea que a apoiou com o lançamento de 136 ataques na região durante as primeiras 36 horas da operação (KNIGHTS; ALMEIDA, 2015). O impacto positivo causado pela operação foi importante não apenas para a posição militar do governo, mas porque tinha o objetivo de assegurar a costa de 442 km do Mar Vermelho, o que cortaria uma importante linha de suprimentos dos Houthis. Inclusive, porque a marinha dos EUA havia detido cinco navios do Irã para as forças Houthis com uma ampla variedade de armamentos, como fuzis de assalto AK-47, mísseis antitanque e minas antitanque. Os números de série consecutivos denunciavam que as armas vinham do governo e não de traficantes de armas (GOLDBERG, AZANI, LVOVSKY, 2019), causando um alarme em detrimento as ações do Irã e a necessidade de gerar um impacto ainda maior nas forças opositoras.

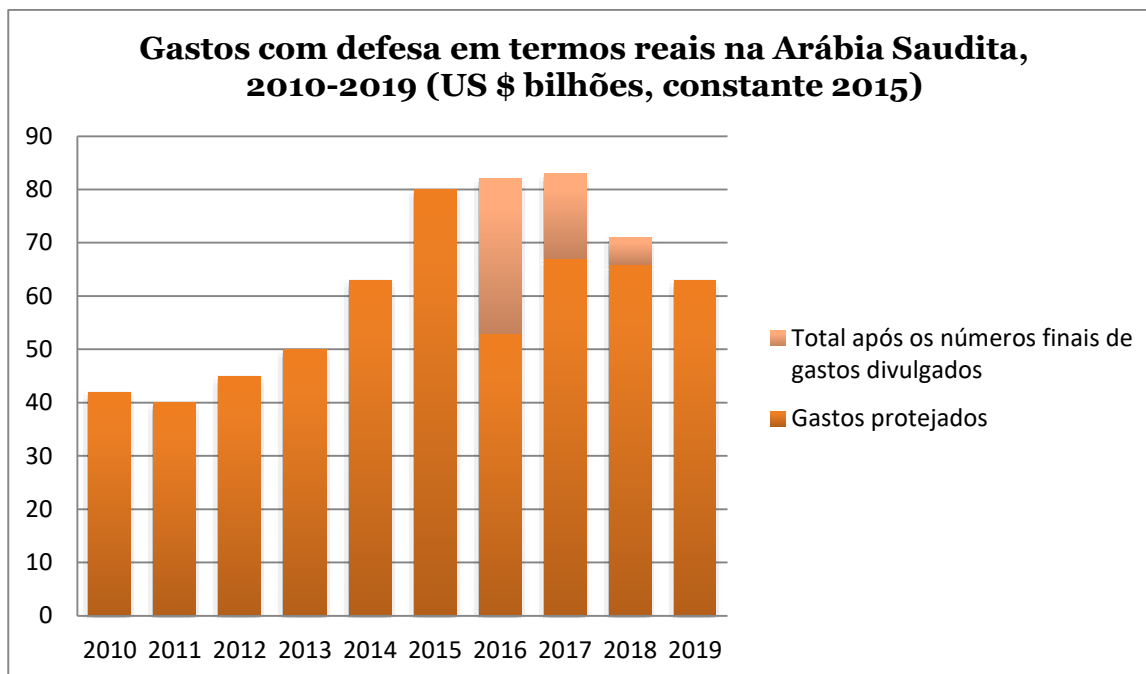
Enquanto isso, a Arábia Saudita declarava o fim da Operação Decisive Storm e o lançamento da Operação Renewal of Hope, considerando a necessidade de uma operação com estratégias mais agressivas e sofisticadas, focada no apoio às forças do governo do presidente Hadi através de equipamento, treinamento e da utilização das próprias forças sauditas –

<sup>28</sup> THE SAUDI EMBASSY. Operation Decisive Storm Ends, Operation Renewal of Hope Begins. **Operation Renewal of Hope**, [s. l.], 2015. Disponível em: <http://www.operationrenewalofhope.com/operation-decisive-storm-has-been-a-success-and-is-achieving-its-military-objectives/#sthash.EsAgUWvG.dpbs>. Acesso em: 13 maio 2020.

<sup>29</sup> Disponível em: [https://www.undocs.org/S/RES/2216%20\(2015\)](https://www.undocs.org/S/RES/2216%20(2015)). Acesso em: 22 maio 2020.

considerada uma das mais bem equipadas da região, o que justifica os acentuados gastos em defesa a partir do ano de 2015, conforme a figura abaixo.

FIGURA 3 – BALANÇO DE GASTOS DA ARÁBIA SAUDITA EM DEFESA



Fonte: The Military Balance (2020)

O objetivo da Operação Renewal of Hope é primordialmente lutar pela soberania do Estado do Iêmen, afastando assim a influência Huti e Iraniana da região. Além disso, há o enfrentamento de grupos beligerantes liderados pela AQPA, sendo difícil de distingui-los dos grupos familiares sunitas locais com poder (THE SOUFAN CENTER, 2018). Algo muito comum, por exemplo, é o uso indiscriminado de bombas contra alvos rurais com o objetivo de haver um desalojamento da população (RAUBER et al, 2018). Tal desalojamento acaba por enfraquecer a estrutura econômica do país, gerando muitos deslocados internos e potencializando a crise humanitária.

Estima-se que haja 150.000 deslocados em todo o país, além de uma população que sofre com a falta de comida, água e remédios adequados. Estima-se ainda que mais 3.000 pessoas tenham sido presas por supostamente apoiarem os Houthis (SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010). Enquanto isso, as perdas humanas são obscurecidas diante do cenário desajustado do Iêmen. A pobreza da região em meio à guerra civil aparenta ser ainda mais profunda do que em outros países da MENA<sup>30</sup> e o sentimento de injustiça é aproveitado por grupos extremistas que conseguem consolidar o processo de recrutamento, gerando um ambiente instável e inapropriado para se viver. Diante disso, a ONU (2017) pede para que cessem todos os ataques aéreos e terrestres alegando que ambulâncias e equipes médicas não conseguem acessar os feridos. Inclusive, o bloqueio saudita além de impedir a chegada de alimentos, os efeitos colaterais de seus ataques têm como principal vítima crianças iemenitas.

De fato, o Iêmen por ser um país frágil e possuir uma população marginalizada, falha em seu dever de proteger os civis. Enquanto há uma grande disputa de poder entre os atores no

<sup>30</sup> Sigla na língua inglesa que se refere ao Médio Oriente e ao Norte da África.

território do Iêmen, é possível observar o aumento da miséria, da pobreza e da deteriorização das estruturas físicas do Estado. Dito isso, o Iêmen mostra-se incapaz de se recompor e de atuar de forma mais ativa no conflito em favor dos iemenitas. Não obstante, a mídia também tem falhado na retratação real do atual estado da guerra do Iêmen, contribuindo para que haja uma atitude passiva da comunidade internacional sobre as graves violações de direitos humanos que ocorrem no local.

A multiplicidade de forças atuantes no conflito dificulta a conquista da ordem e da estabilidade. Os grupos como a AQAP e o Al-hirak possuem as suas próprias agendas e têm atuado no território do Iêmen desde muito cedo. Além disso, as fortes motivações, as grandes capacidades ofensivas do Irã e da Arábia Saudita e o antagonismo feroz entre eles são fatores que desanimam a possibilidade de um cessar fogo na região, considerando seus respectivos aliados – com suas agendas específicas- dos quais patrocinam a polarização atual. Portanto, após o levantamento dos elementos essenciais e a análise teórica e histórica do conflito, faz-se necessário retratar as considerações finais do presente trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, conclui-se que os conflitos atrelados à sobrevivência dos Estados no Sistema Internacional resultam em verdadeiras catástrofes humanas, assim como a que ocorre atualmente à população do Iêmen. No entanto, foi visto que uma forma de reduzir essa insegurança – por mais que ela jamais possa desaparecer – ocorre através do poder, considerando que os Estados mais fracos como o Iêmen ficam a mercê dos Estados mais fortes e possuem uma capacidade reduzida em relação à garantia de seus próprios interesses, muitas vezes precisando submeter-se a vontades alheias. Portanto, foi possível identificar que o objetivo primordial dos atores é a obtenção desse poder na lógica da dominação, nunca do dominado.

Deste modo, o papel do poder para a manutenção do status quo ou alteração do mesmo – Arábia Saudita e Irã respectivamente – além dos meios para obtê-lo jamais deveria ser subestimado. Os anseios de uma nação relatam por si próprios uma visão macro das perspectivas da política externa dos atores, bem como possibilitam o entendimento de determinadas ações, ainda que humanamente não justificáveis. O alto nível de competitividade do Irã e da Arábia Saudita na região se reflete em conflitos nos países mais fracos, as chamadas Proxy Wars, assim como ocorre também na Guerra da Síria e reflete a manifestação da balança de poder entre os dois Estados na guerra do Iêmen.

A incapacidade do Iêmen de sobreviver diante do seu cenário doméstico incentivou a criação de uma aliança com a Coalizão Saudita, repassando a sua própria responsabilidade de proteger seus civis e garantir o cumprimento dos seus direitos humanos. Logo, a Arábia Saudita exerceu o poder que a compete, pois nem mesmo em termos ofensivos, o Iêmen conseguiu lutar contra os Houthis por conta do seu exército tão reduzido e seus equipamentos ultrapassados. A falta de poder gerou um nível altíssimo de dependência do Estado vizinho que provavelmente injetará seus interesses no Iêmen por sua intensa fragilidade.

Os interesses contrastantes do Irã e da Arábia Saudita se concluem no fato de ambos buscarem dominar o território geoestratégico do Iêmen, sabendo que através dele haverá uma maximização de poder para o Irã e um provável colapso para as potências ocidentais. No caso da Arábia Saudita, ela manteria a sua grande influência na região através do Petróleo e da aliança contínua com os Estados Unidos, além de balancear e equilibrar as políticas radicais da parte do Irã. Nesse caso, uma perturbação no equilíbrio de poder do Oriente Médio sempre gera consequências sem precedentes, pois a população necessitada é quem mais sofre com as ondas de conflitos. Dessa forma, é certo que alguns Estados possuem uma dificuldade imensa para superar os danos e outros jamais superam.

É importante observar ainda que o Iêmen do Norte e do Sul, por terem tido um processo de construção e desenvolvimento diferentes através de influências externas distintas, o processo de unificação aparentemente simbólico não conseguiu unificar no Iêmen uma só identidade nacional. Desta forma, as diferentes perspectivas contribuem para que o Al-Hirak lute constantemente pela independência do Sul do Iêmen e os Houthis, juntamente com as elites do Norte, lutem para governar todo o Iêmen conforme os seus preceitos, ou seja, grupos de resistência ao poder nacional estão sempre emergindo e fragmentando o território. Além disso, a constante marginalização e divisão da população incentiva os recrutamentos da AQPA, que assim como os outros players, possuem interesses distintos e consegue atuar ativamente no Estado.

No entanto, conclui-se que a Guerra do Iêmen tem sido de fato um pano de fundo para os embates entre a Arábia Saudita e o Irã. Pois a busca constante pela hegemonia da região apresenta a Arábia Saudita como uma força que busca a estabilidade através da Coalizão Saudita e o Irã como uma força revolucionária contra a influência ocidental e a marginalização de muçulmanos xiitas, cujo discurso é proferido, vivido e adotado pelos Houthis. Além disso, o fracasso das negociações reflete a postura influenciadora de um Irã que tem optado pela força e pelo conflito.

## Referências

ALLISON, Benjamin Vaughn. **Proxy War as Strategic Avoidance**: A quantitative study of great power intervention in intrastate wars (1816-2010). Chicago: Ken State University, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/323457828\\_Proxy\\_War\\_as\\_Strategic\\_Avoidance\\_A\\_Quantitative\\_Study\\_of\\_Great\\_Power\\_Intervention\\_in\\_Intrastate\\_Wars\\_1816-2010](https://www.researchgate.net/publication/323457828_Proxy_War_as_Strategic_Avoidance_A_Quantitative_Study_of_Great_Power_Intervention_in_Intrastate_Wars_1816-2010). Acesso em: 7 maio 2020.

AL-KAHWATI, Ashi. Peace in Yemen. **UI PAPER**, Switzerland, p. 1-28, 2019.

BLACK, Jeremy. **Introduction to Global Military History: 1775 to the Present Day**. 3. ed. London: Routledge, 2019. 338 p. ISBN 978-1-138-48419-1.

BOUCEK, Christopher. Yemen: On the Brink: A Carnegie Paper Series. **Middle East Program**, [s. l.], ed. 110, p. 1-15, 2010.

CARR, E. H. **Vinte anos de Crise 1919-1939**. Tradução: Luiz Alberto Figueiredo Machado. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 305 p. ISBN 85-230-0635-4

CASTRO, Thales. **TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. Brasília: FUNAG, 2012. 580 p. ISBN 978-85-7631-375-5. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria\\_das\\_Relacoes\\_Internacionais.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf). Acesso em: 29 jan. 2020

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The CIA World Factbook 2018-2019**. [S. l.]: Skyhorse Publishing, 2018. 1178 p. ISBN 9781510740280.

CERIOLI, Luíza Gimenez. Roles and International Behaviour: Saudi–Iranian Rivalry in Bahrain’s and Yemen’s Arab Spring. **Contexto Internacional**, [s. l.], v. 40, ed. 2, p. 295-317, 2018.

CHEREM, Helena Miranda. **A GUERRA-FRIA DO ORIENTE MÉDIO**: Irã e Arábia Saudita na balança de poder regional no Oriente Médio após a Primavera Árabe. Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>



Danielle Jacon Ayres. 2019. 103 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - UFSC, Santa Catarina, 2019.

COITINHO, Rita. Ninguém se comove com o Iêmen?. **Vermelho**, [s. l.], 14 maio 2018. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2018/05/14/ninguem-se-comove-com-o-iemen/>. Acesso em: 7 maio 2020.

COLOMBO, Silvana. Estado e soberania: uma visão a partir da sociedade internacional. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, ed. 16, 23 fev. 2017. Disponível em: [https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao016/Silvana\\_Colombo.htm](https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao016/Silvana_Colombo.htm). Acesso em: 10 mar. 2020.

COMO VIVEM os cristãos no Iêmen. Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.portasabertas.org.br/noticias/cristaos-perseguidos/como-vivem-os-cristaos-no-iemen>. Acesso em: 5 fev. 2020.

COPPI, Giulio. The Humanitarian Crisis in Yemen: Beyond the Man-Made Disaster. **International Peace Institute**, [s. l.], p. 1-40, 2018.

CÔRREA, Fernanda das Graças. A BALANÇA DE PODER SOB A ÓTICA DE KENNETH WALTZ: UMA DISCUSSÃO DA TEORIA SISTÊMICA. **Revista InterAção**, Brasil, v. 11, ed. 11, p. 1-13, 2016.

COSTA, Thaís Vieira Kierulff da. O projeto de unificação da moeda no Conselho de Cooperação do Golfo: tendências e desafios. **Conjuntura Internacional**, Brasil, 17 nov. 2014. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2014/11/17/o-projeto-de-unificacao-da-moeda-no-conselho-de-cooperacao-do-golfo-tendencias-e-desafios/>. Acesso em: 7 maio 2020.

CUNNINGHAM, Nick. The 4 Key Chokepoints for Oil. **Oil Price**, [s. l.], 26 jul. 2018. Disponível em: <https://oilprice.com/Energy/General/The-4-Key-Chokepoints-For-Oil.html>. Acesso em: 19 maio 2020.

DUARTE, João Paulo Gusmão P. Guerra ao terror: Uma guerra na sociedade de controle. **Encontro Nacional**, Brasil, v. 3, 2011. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000122011000200035&lng=en&nrm=iso](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200035&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 4 maio 2020.

DUNNING, Tristan. Yemen—the ‘worst humanitarian crisis in the world’ continues: RESEARCH PAPER SERIES. **Parliament Library**, Australia, 6 dez. 2018. Foreign Affairs, Defence and Security Section, p. 1-19.

ELAYAH, Moosa; SCHULPEN, Lau; ABU-OSBA, Bilqis; AL-ZANDANI, Bakeel. Yemen: a Forgotten War and an Unforgettable Country. **Centre For International Development Issues**, Nijmegen, p. 1-7, 2017.

ETHEREDGE, Laura S. (ed.). **Middle East: Region in transition**: Saudi Arabia and Yemen. New York: Britannica Educational Publishing, 2011. 177 p. ISBN 978-1-61530-412-7.

FORTMANN, Michel; WIRTZ, James J.; PAUL, T.V. **BALANCE OF POWER**: Theory and Practice in the 21st Century. Stanford, California: Stanford University Press, 2004. 402 p. ISBN 0-8047-5016-5.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Iêmen. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/iemen.htm>. Acesso em 05 de fevereiro de 2020.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. United Kingdom: Cambridge University Press, 1981.

GOLDBERG, Ori; AZANI, Eitan; LVOVSKY, Lorena Atiyas; LANDAU, Edan. Iran and the Houthi in Yemen. **International Institute for Counter Terrorism**, [s. l.], p. 1-12, 2019.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: Matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e civil**. Tradução: João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 230 p.

HUGHES, Christopher W.; MENG, Lai Yew (ed.). **Security Studies: A Reader**. New York: Routledge, 2011. ISBN 13: 978-0-415-32601-8.

HUMAN RIGHTS IN THE MIDDLE EAST AND NORTH AFRICA: REVIEW OF 2018. **Amnesty International**, [s. l.], p. 1-3, 26 fev. 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2019: Yemen: Events of 2018. **Human Rights Watch**, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/yemen>. Acesso em: 11 maio 2020.

IÊMEN: Comitê Internacional da Cruz Vermelha e Médicos Sem Fronteiras estão alarmados com ataques às vias de acesso vitais ao país. **Médicos Sem Fronteiras**, Brasil, 5 maio 2015. Atualidades. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/iemen-comite-internacional-da-cruz-vermelha-e-medicos-sem-fronteiras-estao-alarmados-com>. Acesso em: 6 fev. 2020.

JUNIOR, Antônio Gasparetto. Revolução Islâmica do Irã. **InfoEscola**, Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/revolucao-islamica/>. Acesso em: 6 maio 2020.

KARAKIR, Irem Askar. Ongoing conflict in Yemen: A proxy war?. **Turkish Journal of TESAM Academy**, Turkey, p. 121-149, 2018.

KAUFMAN, Stuart; LITTLE, Richard; WOHLFORTH, William C. **The balance of power in world history**. New York: Palgrave Macmillan, 2007. 291 p.

KEERSMAEKER, Goedele De. **Polarity, Balance Of Power and International Relations Theory: Post-Cold War and the 19th Century Compared**. London: Palgrave Macmillan, 2017

KNIGHTS, Michael; ALMEIDA, Alex. The Saudi-UAE War Effort in Yemen (Part 1): Operation Golden Arrow in Aden. **Washington Institute**, Washington, 10 ago. 2015. Policy Analysis, p. 1-1. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/the-saudi-uae-war-effort-in-yemen-part-1-operation-golden-arrow-in-aden>. Acesso em: 18 maio 2020.

LEITE, Catherine Cristina Claros; VIANA, Julyana Cristina Cândido; PIRES, Sandra Aguiar de Oliveira; BRITO, Thaís Mendes. Socialismo Científico. **Universidade Federal do Espírito Santo**, Jerônimo Monteiro, p. 1-19, 2016. Disponível em: <http://files.wendelandrade.webnode.com.br/200000281-7c77e7d72b/Socialismo%20Cient%20C3%ADfico.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

LIMÃO, José Pedro Coelho Monteiro. **O SIGNIFICADO DO IÊMEN NO GRANDE MÉDIO ORIENTE**. Orientador: General Luís Vasco Valença Pinto. 2019. 153 p. Dissertação (Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa) - Universidade Católica Portuguesa,

Brasil, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/28131/1/TESE%20FINAL%20FINAL%20PDFA.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

LÍVIO, Tito. **História de Roma**. Tradução: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Editora PAUMAPE S.A, 1989. 456 p. Disponível em: [https://www.academia.edu/40868239/TITO\\_L%20C3%8DVIO\\_-\\_HIST%20C3%93RIA\\_DE\\_ROMA\\_-\\_Livros\\_I\\_a\\_V\\_de\\_142](https://www.academia.edu/40868239/TITO_L%20C3%8DVIO_-_HIST%20C3%93RIA_DE_ROMA_-_Livros_I_a_V_de_142). Acesso em: 3 mar. 2020.

MAIS de 15 milhões de crianças precisam de ajuda no Iêmen, alerta UNICEF. **Nações Unidas**, Brasil, p. 1-1, 17 maio 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mais-de-15-milhoes-de-criancas-precisam-de-ajuda-no-iemen-alerta-unicef/>. Acesso em: 6 fev. 2020.

MAKTARY, Shoqi; SMITH, Katie. PATHWAYS FOR PEACE & STABILITY IN YEMEN. **Search for Common Ground**, [s. l.], p. 1-35, 20 jun. 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. "**Discorsi**": Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio. Tradução: Sérgio Bath. 3ª. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1994. 440 p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/358010/mod\\_resource/content/1/MAQUIAVEL%20Nicolau.%20Coment%20C3%A1rios%20sobre%20a%20primeira%20d%C3%A9cada%20de%20Tito%20L%20C3%ADvio.%20%28Discorsi%29%2C%20Ed%20UNB.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/358010/mod_resource/content/1/MAQUIAVEL%20Nicolau.%20Coment%20C3%A1rios%20sobre%20a%20primeira%20d%C3%A9cada%20de%20Tito%20L%20C3%ADvio.%20%28Discorsi%29%2C%20Ed%20UNB.pdf). Acesso em: 3 mar. 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Brasil: Editora Martin Claret, 2003. 189 p

MARCHRY, PATRÍCIA GRAEFF. **AFEGANISTÃO E IÊMEN: CONDICIONANTES E CARACTERÍSTICAS DA CRISE DOS ESTADOS**. Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini. 2016. 112 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - UFRGS, Brasil, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/166119/001026444.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jan. 2020.

MARMENTINI, Gabriel. Hezbollah: Entenda tudo sobre o grupo. **Politize**, Brasil, 2 out. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/hezbollah/>. Acesso em: 18 maio 2020.

MARMENTINI, Gabriel. HAMAS: O GRUPO ENVOLVIDO NO CONFLITO ENTRE PALESTINA E ISRAEL. **Politize**, Brasil, 23 out. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/hamas-conflito-palestina-israel/>. Acesso em: 18 maio 2020.

MARRA, Ingrid Cagy. O entendimento da Guerra do Iêmen a partir de seu contexto geopolítico e geoeconômico. **UFRJ**, Brasil, p. 1-15, 2019.

MARTINS, Antônio. Infeliz Iêmen. **Outras Palavras**, [s. l.], 30 mar. 2010. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/infeliz-iemen/>. Acesso em: 2 maio 2020.

MEARSHEIMER, John F. **The tragedy of great power politics**. London: [s. n.], 2001. 555 p. ISBN 978-0-393-32396-2..

MORGENTHAU, HANS J. **A POLÍTICA ENTRE AS NAÇÕES**. Brasil: Editora Universidade de Brasília - Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. 1152 p. ISBN 85-87480-27-8. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/0179\\_politica\\_entre\\_as\\_nacoes.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf). Acesso em: 11 fev. 2020.

MOURA, Letícia. Crise no Iêmen: entenda o que acontece no país!. **Politize!**, Brasil, 12 ago. 2019. Atualidades. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-no-iemen/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

NAKASIMA, Marcio Ricardo. Compreendendo a "Guerra Fria Islâmica" no contexto atual geopolítico. **UNINTER**, Brasil, p. 1-17, 2018.

NARDI, Iasmini Catanio dos Santos. A crise no Oriente Médio e a Primavera Árabe. **Ripe**: Ufgrs, Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.ufgrs.br/ripe/wp-content/uploads/2017/05/primavera-%C3%A1rabe.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

NIOU, Emerson M. S.; ROSE, Gregory F.; ORDESHOOK, Peter C. **The balance of power: Stability in international systems**. United States of America: Cambridge University Press, 1989. 368 p. ISBN 0-521-37471-5.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Brasil: Elsevier, 2005. 250 p. ISBN 85-352-1687-1.

NUNES, João. Para que serve a teoria das Relações Internacionais?. **Relações Internacionais (R:I)**, Lisboa, ed. 36, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992012000400002](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000400002). Acesso em: 19 fev. 2020.

OAQUIM, Maria; VALLE, Vicente do; CRISPUN, Elisa; FRANCO, Tiago; ZONENSCHNEIN, Tom. Conselho de Segurança: Guia de Estudos. **11º Modep**, 2018. Disponível em: [https://uploads-ssl.webflow.com/5ab06808fc5c2db717b96e78/5ad294a53265e96a08448aa0\\_Guia-CS.pdf](https://uploads-ssl.webflow.com/5ab06808fc5c2db717b96e78/5ad294a53265e96a08448aa0_Guia-CS.pdf). Acesso em: 22 jan. 2020.

O'DRISCOLL, Dylan. Violent Extremism and Terrorism in Yemen. **K4D Helpdesk Report**, Brighton, UK: Institute of Development Studies, p. 1-33, 31 jul. 2017.

ONU. ONU pede fim de confrontos e ataques aéreos no Iêmen; bloqueio saudita ameaça milhões de pessoas. **ONU**, [s. l.], p. 1-1, 4 dez. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-pede-fim-de-confrontos-e-ataques-aereos-no-iemen-bloqueio-saudita-ameaca-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 18 maio 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: Temas, Atores e Visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PEREIRA, Danilo Cardoso. IÊMEN: CRISE HUMANITÁ. **I FÓRUM DE DIREITO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS**, Brasil, v. 1, ed. 1, 2019. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/IFDIDH/article/download/8128/67649077>. Acesso em: 26 jan. 2020.

POPP, Roland. War in Yemen: Revolution and Saudi Intervention. **CSS Analyses in Security Policy**, Zurich, n. 175, p. 1-4, 2015.

PRODUÇÃO de café saudita deve atingir 300 toneladas em 2020. **ANBA**, Brasil, 27 jan. 2020. Disponível em: <https://anba.com.br/producao-de-cafe-saudita-deve-atingir-300-toneladas-em-2020/>. Acesso em: 4 maio 2020.

RAGA, Ana Aguilera. The Bab el-Mandeb strait: Geopolitical considerations of the strategic chokepoint. **Opinion Paper**, [s. l.], 10 mar. 2020. Disponível em: [http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs\\_opinion/2020/DIEEE019\\_2020ANAAGU\\_BabMandeb\\_ENG.pdf](http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2020/DIEEE019_2020ANAAGU_BabMandeb_ENG.pdf). Acesso em: 19 maio 2020.

RAUBER, Beatriz Vieira; et al. **Coalizão saudita na República do Iêmen: Operação Renewal of Hope**. 2018. V. 6. UFRGSMUN. p. 252-309. ISSN 2318-3195. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2018/web/files/csi-orh.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2020.

RICHELIEU, Cardeal Duque de. **Testamento Político**. MORES, Ridendo Castigat (ed.). Tradução: Davi Carneiro. [S. l.: s. n.], 2002. 487 p. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/richelieu.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

RINALDI, Patrícia Nogueira. **Assimetria nas Relações Internacionais: uma análise comparativa do conceito para Aron, Bull e Waltz**. São Paulo: Revista de Iniciação Científica da FFC (v. 14 n.1), 2014.

RODER, Henrique; SOPRANI, Carolina; JOMAA, Hajar; SCOMPARIM, João Victor; OLIVEIRA, Luisa; GARCIA, Poliana. CONFLITO NO IÊMEN, O CASO HUTI. **Série Conflitos Internacionais**, Brasil, v. 3, ed. 2, p. 1-8, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/51591214-Conflito-no-iemen-o-caso-huti.html>. Acesso em: 24 jan. 2020.

SALMONI, Barak A.; LOIDOLT, Bryce; WELLS, Madeleine. **Regime and periphery in Northern Yemen: the Huthi phenomenon**. United States of America: National Defense Research Institute, 2010. 412 p. ISBN 978-0-8330-4933-9.

SALMUTTER, Kim. Why did the transition process in Yemen fail?: How armed groups in Yemen can influence the balance of power. **SciencesPo Kuwait Program**, Kuwait, p. 1-17, 2017.

SANTOS, Mibsan Pereira dos; AMORIM, Priscila Cândido. O Conflito no Iêmen. **EGAR - Estudos Globais e de Área**, Brasil, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://www.faculdedamas.edu.br/externos/posts/files/A%20quest%C3%A3o%20I%C3%AAmen.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Saudi Arabia Riyadh. **KING EXPRESSES CONCERN ABOUT IRANIAN INFLUENCE IN THE REGION**. 2006. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/06RIYADH5546\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/06RIYADH5546_a.html). Acesso em: 04 jun. 2020.

Saudi Arabia Riyadh. **SAUDI AMBASSADOR TO THE US ON IRAN, SANCTIONS**. 2007. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/07RIYADH2322\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/07RIYADH2322_a.html). Acesso em: 04 jun. 2020.

SERR, Marcel. Understanding the War in Yemen. **Israel Journal of Foreign Affairs**, Israel, v. 11, 7 jan. 2018. Middle Eastern Affairs, p. 357-369.

SHARP, Jeremy M. Yemen: Civil War and Regional Intervention. **Congressional Research Service**, United States, p. 1-18, 17 set. 2019.

SILVA, Varlei Edemundo Batista da; SANTOS, Carlos Alexandre Geovanini dos. A 1ª Guerra do Golfo. **Escotilha do comandante**, Brasil, 15 mar. 2019. Disponível em:

<http://www.cibld.eb.mil.br/index.php/periodicos/escotilha-do-comandante/528-escotilha-125>.  
Acesso em: 4 maio 2020.

SOBRINHO, Camila; NERIS, Isabela. Yemen Civil War: How armed groups in Yemen can influence the balance of power. **UNSC**, Brasília, p. 1-23, 2019.

SOUZA, Isabela. AL-QAEDA: CONHEÇA O GRUPO FUNDADO POR OSAMA BIN LADEN. **Politize**, Brasil, 25 ago. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/al-qaeda/>. Acesso em: 26 jan. 2020.

SPOHR, Alexandre Piffero. ARÁBIA SAUDITA: SUCESSÃO REAL E INTERVENÇÃO NO IÊMEN. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 6, n. 29, p. 13-28, 2015.

STACEY, Aisha. O que é Sharia?. **The religion of Islam**, [s. l.], 11 nov. 2019. Disponível em: <https://www.islamreligion.com/pt/articles/11299/o-que-e-sharia/>. Acesso em: 1 maio 2020.

STACEY, Aisha. Quem é o profeta Muhammad?. **Islam Religion**, [s. l.], 2 jul. 2012. Disponível em: <https://www.islamreligion.com/pt/articles/2626/quem-e-o-profeta-muhammad/>. Acesso em: 8 maio 2020.

THE MILITARY Balance. [S. l.]: Routledge Taylor & Francis Group, 2020. 549 p.

THE SAUDI EMBASSY. Operation Decisive Storm Ends, Operation Renewal of Hope Begins. **Operation Renewal of Hope**, [s. l.], 2015. Disponível em: <http://www.operationrenewalofhope.com/operation-decisive-storm-has-been-a-success-and-is-achieving-its-military-objectives/#sthash.EsAgUWvG.dpbs>. Acesso em: 13 maio 2020.

THE SOUFAN CENTER. THE FORGOTTEN WAR: The Ongoing Disaster in Yemen. **The Soufan Center**, [s. l.], 2018.

THE YEMEN Arab Republic. **Fanack**, [s. l.], 5 nov. 2011. Disponível em: <https://fanack.com/yemen/history-past-to-present/the-yemen-arab-republic/>. Acesso em: 1 maio 2020.

TRANSFELD, Mareike; HEINZE, Marie-Christine. Understanding Peace Requirements in Yemen: Needs and Roles for Civil Society, Women, Youth, the Media and the Private Sector. **Center for Applied Research in Partnership with the Orient**, [s. l.], p. 1-27, 2019. Disponível em: [https://carpo-bonn.org/wp-content/uploads/2019/03/carpo\\_policy\\_report\\_06\\_2019.pdf](https://carpo-bonn.org/wp-content/uploads/2019/03/carpo_policy_report_06_2019.pdf). Acesso em: 1 maio 2020.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução: Mário da Gama Kury. 4ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 584 p. ISBN 85-230-0204-9. Disponível em: [http://funag.gov.br/biblioteca/download/0041-historia\\_da\\_guerra\\_do\\_peloponeso.pdf](http://funag.gov.br/biblioteca/download/0041-historia_da_guerra_do_peloponeso.pdf). Acesso em: 1 mar. 2020.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2006. 152 p. ISBN 85.254.1059-4.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution 2216 (2015). **United Nations Security Council**, [s. l.], 14 abr. 2015. Disponível em: [https://www.undocs.org/S/RES/2216%20\(2015\)](https://www.undocs.org/S/RES/2216%20(2015)). Acesso em: 22 maio 2020.

WALTZ, Kenneth N. **Man, the state, and war: A theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, 2001. 263 p. ISBN 0-231-12537-2.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Reading, Mass.: Addison-Wesley Pub. Co, 1979.

WATSON, Joseph A. **The War for Yemen**. Orientador: Dr. Johnathan Zartman. 2016. 22 p. Research Report (Master of Operational Arts and Sciences) - AIR COMMAND AND STAFF COLLEGE, Maxwell Air Force Base, Alabama, 2016.

WILLIAMS, Paul. **Security Studies: An Introduction**. 2<sup>a</sup> ed. New York: Routledge, 2013.

WHITE HOUSE. Statement of the President: National Security and Defense. **White House**, United States of America, 6 fev. 2020. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/statement-from-the-president-13/>. Acesso em: 4 jun. 2020.

WOHLFORTH, William C. Realism. **The Oxford Handbook of International Relations**, United States, 2009. DOI 10.1093/oxfordhb/9780199219322.003.0007. Disponível em: <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199219322.001.0001/oxfordhb-9780199219322-e-7?rskey=WqECZW&result=2>. Acesso em: 11 mar. 2020.

YEMEN conflict: Who controls what?: More than four years after seizing the capital, the Houthis have consolidated their grip over large parts of Yemen. **Al Jazeera**, [s. l.], 24 mar. 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2016/08/yemen-conflict-controls-160814132104300.html>. Acesso em: 7 maio 2020.

ZAIDITAS. Brasil, 18 jun. 2018. Disponível em: <https://knoow.net/religioes/islamismo/zaiditas/>. Acesso em: 22 jan. 2020.